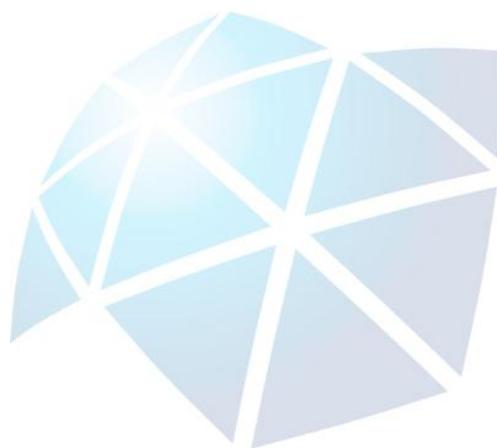


MARIANA GOMES MAIANTE

**A EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA
ATIVIDADE CANAVIEIRA EM PAÍSES
SELECIONADOS DA AMÉRICA LATINA**



ARARAQUARA – S.P

2011

MARIANA GOMES MAIANTE

A EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE CANAVIEIRA EM PAÍSES SELECIONADOS DA AMÉRICA LATINA

Monografia de conclusão de curso, apresentado ao Departamento da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Exemplar apresentado para exame de qualificação.

Orientador: Sebastião Neto Ribeiro Guedes

ARARAQUARA – SP
2011

RESUMO

A evolução agrária representa uma parte da história da América Latina. Os diferentes cultivos destacados nesta região formam parte da estrutura social e organizacional que se prolonga até a atualidade. Um destes cultivos é o da cana-de-açúcar. O seu desenvolvimento apresenta-se, sob determinados aspectos, de maneira distinta entre os maiores produtores latino-americanos, sendo importante realizar uma investigação comparativa baseada em seu delineamento histórico, bem como na análise de variáveis que representem o atual estágio de produção. Desta forma, procura-se caracterizar a evolução da atividade canavieira dando destaque a três países: Argentina, México e Brasil. A periodização do estudo data do início do desenvolvimento da atividade canavieira nos países até o momento presente.

Palavras-chave: cana-de-açúcar, desregulamentação, Estado.

RESUMEN

La evolución de la tierra representa una parte de la historia de América Latina. Las diferentes cosechas en esta región son parte de la estructura social y de la organización hasta hoy. Su desarrollo se presenta, en algunos aspectos diferentes entre los mayores productores de América Latina, por eso, es importante realizar un estudio comparativo en términos históricos y el análisis de las variables que representan el estado actual de la producción. Por lo tanto trata de caracterizar la evolución de la producción azucarera destacando los tres países: Argentina, México y Brasil. El estudio comienza con el nacimiento de la industria de la caña-de-azúcar en los países hasta el presente.

Palabras-clave: caña-de-azúcar, desregulación, Estado.

Sumário

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1 – DELINEAMENTO HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO E EXPANSÃO DA ATIVIDADE CANAVIEIRA NA ARGENTINA, BRASIL E MÉXICO.....	6
INTRODUÇÃO	6
1.1 ARGENTINA.....	7
1.2 MÉXICO.....	19
1.3 BRASIL.....	30
1.4 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	43
CAPÍTULO 2 – DESREGULAMENTAÇÃO E NOVA DINÂMICA DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NA AMÉRICA LATINA (PÓS-1990).....	45
INTRODUÇÃO	45
2.1 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NA AMÉRICA LATINA NOS ANOS DE 1990	45
2.2 DESREGULAMENTAÇÃO NA ARGENTINA E AS TENDÊNCIAS RECENTES DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA.....	47
2.2.1 Análise recente sobre Tucumán, Salta e Jujuy.	50
2.3 DESREGULAMENTAÇÃO NO MÉXICO E AS TENDÊNCIAS RECENTES DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA.....	53
2.3.1 – Estrutura da agroindústria canavieira mexicana no período atual	57
2.4 DESREGULAMENTAÇÃO NO BRASIL E AS TENDÊNCIAS RECENTES DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA.....	60
2.4.1 Análise produtiva regional do Brasil no período atual.....	62
2.5 ANÁLISES DE VARIÁVEIS REPRESENTATIVAS SOBRE PARTICIPAÇÃO AGRÍCOLA.....	66
2.6 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	70
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
5 ANEXOS	76

INTRODUÇÃO

A expressão “América Latina” é uma daquelas carregadas de imprecisões e limitações, mas de uma inevitável importância. Pois, embora seus países membros sejam tão diversos quanto a Argentina e a Guatemala (a primeira com uma cultura européia e a segunda com cultura indígena e pobreza), há, entre eles, trajetórias históricas comuns (histórias partilhadas) que dizem respeito à origem colonial, à forte presença do catolicismo, os períodos das revoluções “nacionais”, dentre outros. Nesse sentido, e com todo o cuidado no que diz respeito a generalizações, é adequado falar em América Latina como expressão totalizante. Neste trabalho procura-se analisar a agroindústria canavieira de três países da região, demarcando as semelhanças e realçando as assimetrias na dinâmica desta importante atividade econômica.

A Atividade Canavieira na América Latina é tão antiga quanto este continente e desempenhou, e ainda o faz, importante papel na rentabilidade econômica de muitos de seus países membros. Tratam-se da Argentina, Brasil e México.

Desta maneira procura-se analisar os condicionantes do desenvolvimento da indústria açucareira nos países selecionados a fim de estabelecer comparações. Faz-se um relato no primeiro capítulo sobre a trajetória histórica de cada país na produção de cana-de-açúcar, apontando suas principais características. Sendo assim, irá reconstruir a constituição e evolução da agroindústria canavieira nos países selecionados, com ênfase no período entre 1880-1980.

O segundo capítulo irá discutir as implicações para os três países do período posterior a 1990, marcado por intensa desregulamentação setorial. Nele se buscará uma análise comparativa em termos de indicadores de produtividade, exportação e participação dos três países selecionados para poder, desta forma, inferir possíveis conclusões a respeito da estrutura, dinâmica da produção canavieira dos mesmos.

CAPÍTULO 1 – DELINEAMENTO HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO E EXPANSÃO DA ATIVIDADE CANAVIEIRA NA ARGENTINA, BRASIL E MÉXICO

INTRODUÇÃO

O capítulo 1 apresentará os condicionantes históricos e a evolução da atividade canavieira em países selecionados da América Latina (Argentina, México e Brasil). A trajetória de cada país flagra o progresso da agroindústria açucareira, estabelecendo as características primordiais que conformarão o atual estágio produtivo.

Uma análise recente considerando a participação dos três países no total de cana-de-açúcar produzido demonstra a evolução e oscilação da atividade. Há o estabelecimento de um contraste entre Brasil e México (respectivamente, primeiro e segundo colocados na produção total da América Latina) e Argentina, a qual ao longo dos anos de 1985 a 2009 subiu da quinta para a quarta posição em termos produtivos. Os três países juntos apresentam uma participação de 64,94% na produção total da América Latina em toneladas no ano de 1985, em parte puxada pelo grande destaque do Brasil na atividade. Já em 2009 essa participação correspondia a 83,44% do total.

O delineamento das origens produtivas apresenta-se de maneira diferente nos três países. Isso pode ser demonstrado em comparação ao período em que a atividade ganhou espaço e à forma como ela fora difundida nos territórios nacionais. É desta forma que se procura caracterizar o alcance e difusão da cana-de-açúcar na composição econômica dos países em destaque observando o caminho percorrido até o atual período em que nos deparamos com a atividade.

A posição dos três países na produção total de açúcar em toneladas pode ser evidenciada na tabela 1, a qual mostra a dinâmica da mudança de estruturas produtivas e problemas enfrentados por alguns países e superações por outros (os quais avançaram em sua posição) que estão entre os seis maiores produtores de cana-de-açúcar da América Latina, no período que compreende 1985 a 2009.

Tabela 1 – Seis maiores produtores de cana da América Latina

Ranking dos maiores produtores de cana						
	Brasil	México	Colômbia	Cuba	Argentina	Guatemala
1985	1º	3º	4º	2º	5º	6º
1986	1º	3º	4º	2º	5º	6º
1987	1º	3º	4º	2º	5º	6º
1988	1º	3º	4º	2º	5º	6º
1989	1º	3º	4º	2º	5º	6º
1990	1º	3º	4º	2º	5º	6º
1991	1º	3º	4º	2º	5º	6º
1992	1º	3º	4º	2º	5º	6º
1993	1º	3º	4º	2º	5º	6º
1994	1º	3º	4º	2º	5º	6º
1995	1º	2º	4º	3º	5º	6º
1996	1º	2º	4º	3º	5º	6º
1997	1º	2º	4º	3º	5º	6º
1998	1º	2º	3º	3º	5º	6º
1999	1º	2º	4º	3º	6º	5º
2000	1º	2º	4º	3º	5º	6º
2001	1º	2º	3º	4º	5º	6º
2002	1º	2º	3º	4º	5º	6º
2003	1º	2º	3º	4º	5º	6º
2004	1º	2º	3º	4º	5º	6º
2005	1º	2º	3º	6º	4º	5º
2006	1º	2º	3º	6º	4º	5º
2007	1º	2º	3º	6º	4º	5º
2008	1º	2º	3º	6º	4º	5º
2009	1º	2º	3º	6º	4º	5º

Fonte: Elaborado por Mariana Gomes Maiante, com base em dados da FAO

A escolha dos três países reflete a necessidade de caracterizar regiões produtoras que possuem distinções em termos do processo histórico em que se inseriram na origem da atividade, bem como dos aspectos produtivos do passado e do presente, para que se possa constatar as evoluções e deficiências da atividade.

A Argentina e o México apresentam-se com características de uma atividade que se desenvolveu recentemente, relativamente ao Brasil (maior produtor mundial de cana-de-açúcar). Os dois primeiros países ganharam destaque na produção canavieira no século XIX, enquanto que o Brasil adquiriu delineamento da cultura já no século XVI. A extensão de terras cultiváveis para o cultivo da cana no último país é grande em comparação aos outros dois destacados no trabalho. Porém, análises sobre a produtividade apontam um crescimento da mesma em termos de total produzido, área colhida e exportação de produtos derivados da atividade tanto no México quanto na Argentina, refletindo as características produtivas dos países e a possível evolução pela qual passam.

1.1 ARGENTINA

A agroindústria canavieira argentina apresenta – quando comparada às suas congêneres latino-americanas – duas particularidades de origem: primeiro a de que ela

somente ganha relevância econômica em meados do século XIX e, segundo, sua produção nasceu para o mercado interno, que se constituía com razoável dinamismo na segunda metade deste mesmo século. Segundo ROMÁN (2005), de 1860 a 1914 a Argentina, através de sua integração no mercado mundial, logrou um crescimento anual de 6,1%, com importante participação das exportações agropecuárias.

É neste contexto de crescimento e expansão do mercado de bens de consumo que a produção de açúcar para o mercado interno desenvolveu-se. E ela o fez em Tucumán¹, na época uma das províncias mais prósperas da Argentina. Já no começo do século XIX, esta província caracterizava-se pela importância do comércio e diversificação da oferta de bens, destacando-se o desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias, bem como “(...) as manufaturas de couro, a elaboração de açúcar e aguardente, a exportação do tabaco e a construção de carros para o transporte (...)” (ROMÁN, 2005, p. 150).

Pode-se apontar a importância da atividade açucareira argentina a qual

“(...) foi um fenômeno do século XIX, com escassa tradição colonial. Apesar de sua mocidade e dos adversos condicionamentos climáticos, sua oferta cresceu notavelmente e em 1913-1914 era a principal produtora de açúcar da América do Sul com 335.841 toneladas e só a superavam no continente Estados Unidos, Brasil, por pouco mais de 60.000 toneladas, Cuba e Porto Rico, os três últimos grandes exportadores mundiais” (ROMÁN, 2005, p. 154).

A indústria açucareira do país ganhou dinamismo a partir de 1876 quando foram introduzidas linhas férreas conectando a área de produção aos portos do litoral e à Buenos Aires, o que implicou em diminuição de custos e favoreceu a unificação do território nacional. A incorporação do mercado doméstico, portanto, avançou com o passar do tempo, impulsionada fortemente por investimento público. A linha férrea chegou a Tucumán, segundo ROMÁN (2005), procedente de Córdoba, sendo construída pelo Estado Nacional a partir do endividamento externo. “(...) a linha férrea facilitou também a renovação tecnológica, com a incorporação de máquinas por valor de uns 2.000.000 de pesos. (...) o trem ajudou indiretamente a um ajuste no setor através da ampliação da escala de produção” (ROMÁN, 2005, p. 157).

Apesar disso, a produção de cana-de-açúcar encontrou grandes dificuldades no que diz respeito ao transporte. O movimento do produto para os engenhos e, posteriormente, para as estações ferroviárias encontrava obstáculos devido às próprias condições naturais da cana,

¹ Tucumán é o menor (porém o mais povoado – população de 1.338.523 habitantes) estado argentino e está localizado no noroeste do país tendo como capital San Miguel de Tucumán. O clima da região é o subtropical. A base da economia é expressa pelo fato de o estado ser o principal produtor de açúcar (produzindo, igualmente, limões). É constituído por 11 municípios e seu território é limitado ao Norte pela província de Salta, a Leste e Sul por Santiago Del Estero e a Oeste por Catamarca. Para maiores informações acessar: <http://www.argentina.gov.ar> e <http://www.tucuman.gov.ar>.

uma vez que a mesma, depois de cortada, deve ser moída dentro de um período de vinte e quatro horas, pois, após este período há perda da sacarose.

ROMÁN (2005) ressalta que entre 1880 e 1914 houve a construção da rede viária interna que interligava engenhos, estações e canaviais, havendo aumento do número de companhias ferroviárias no período. A infra-estrutura foi passada ao setor privado. Cabe destacar que a província vivenciou um período de fusões no final do século XIX e início do século XX.

O desenvolvimento da estrutura dos transportes não foi suficiente para que as pressões sobre o governo não ocorressem. Havia o ensejo de que os custos dos transportes fossem baixos. Desta forma, os produtores solicitavam proteções do Estado contra as tarifas cobradas pelos serviços que as companhias ferroviárias ofereciam. No período de 1876 e 1888 havia apenas uma linha de propriedade estatal, a qual beneficiava os produtores açucareiros segundo ROMÁN (2005). Havia cobrança de determinada tarifa que era consistente com a proporção de açúcar no carregamento.

Com relação aos acontecimentos interligados ao transporte do produto tendo como base as linhas férreas, bem como à questão das tarifas cobradas por tal serviço, em 1894 houve a formação do Centro Açucareiro, o qual era composto por industriais e tinha características de associação. ROMÁN (2005) destaca que se recorria à negociação direta com companhias privadas e também à pressão sobre o Estado. O resultado de tal pressão foi uma queda das tarifas no transporte, ao mesmo tempo em que o índice geral de preços na atividade aumentava a partir de sua expansão.

ROMÁN (2005) assinala que o capital desta atividade originou-se de transferências de setores tradicionais no país, tais como o tabaco e o comércio. Quando a manufatura do produto tornou-se uma produção caracterizada pela grande escala e profundamente interligada à tecnologia, ocorreram profundas transformações em sua organização econômica, intensificando a necessidade de capital. A agroindústria canavieira Argentina foi beneficiada pela instalação de instituições bancárias após o alcance da estabilidade política em 1880. Um pouco antes disso, em 1873, fora criado o Banco Nacional, havendo igualmente no período a formação do Banco Hipotecário Nacional e dos bancos provinciais a partir da iniciativa do governo. A evolução do sistema financeiro foi de grande importância para o fornecimento de crédito à atividade canavieira da região de Tucumán, principal beneficiária em relação às outras atividades da região. Desta forma,

“As reformas financeiras do país coincidiram com a transformação acelerada da indústria açucareira na região de Tucumán. O incremento da atividade bancária e a diversificação dos instrumentos de crédito disponíveis foram essenciais para ela

durante a década de 1880. A peculiaridade desta região é que a ajuda a sua produção de açúcar procedeu em boa medida de instituições públicas, nacionais ou provinciais. As privadas não se estabeleceram na zona até princípios do século XX” (ROMÁN, 2005, p. 159).

Observa-se que em Tucumán, a instalação dos três bancos (Banco Nacional, Banco Hipotecário e Banco Provincial) ocorreu no sentido de beneficiar os engenhos ali existentes através de créditos que proporcionaram a ampliação produtiva e também a modernização. Desta forma, os endividamentos com tais bancos aumentavam com a evolução da atividade.

A despeito dos investimentos em infra-estrutura e de maior amadurecimento do sistema financeiro voltado para a cana-de-açúcar, as atividades agrícola e industrial apresentaram baixo rendimento. ROMÁN (2005) aponta que o desenvolvimento da produção seria impossível sem a proteção do mercado interno argentino, realizada principalmente por meio de elevadas tarifas alfandegárias e, em casos extremos, pela definição de cotas limites de importação de açúcar. A promoção da indústria pelo governo esteve presente em todo o período de 1880, desenvolvendo o mercado nacional e dificultando a competição das importações, bem como esteve presente a figura dos empresários açucareiros.

Houve uma mudança no andamento da atividade no ano de 1895, o qual representou o início de uma crise de superprodução que perdurou até o ano seguinte. A intervenção estatal era a saída para os problemas no setor. “(...) a única maneira de recuperar os preços era vendendo ao mercado externo o excedente produzido com a ajuda de subsídio público” (ROMÁN, 2005, p. 167).

Em termos de organização da agroindústria canavieira, a Argentina apresentou bastante variedade no que diz respeito à relação existente entre fornecedor de cana – usina (engenho). Assim, houve uma grande concentração da atividade canavieira na região de Tucumán. Pioneira, a província tornou-se uma das mais prósperas da Argentina, detendo o maior número de empresas no ramo da produção de açúcar, enquanto que em outras regiões, a presença de tais empresas era escassa. Ainda mais tendo em conta o declínio relativo da região quando contrastada ao crescimento alhures.

Apesar desse destaque que a região de Tucumán obteve na atividade açucareira já em fins do século XIX, é necessário realçar a presença da atividade em outros territórios da Argentina. Pode-se afirmar com JUSTINIANO (2005) que o êxito relativo da experiência canavieira em Tucumán marcada, como se viu, por forte presença da proteção do Estado, incentivou as elites regionais de outros territórios a se interessarem pelo cultivo.

Em Salta², o açúcar estava presente em questões políticas, sociais e econômicas. JUSTINIANO (2005) ressalta que houve emergência de duas linhas nos anos noventa do século XIX, as quais esboçaram dois espaços econômicos na região. A primeira era caracterizada pela atividade açucareira, ligando os portos de Salta ao Atlântico. A outra linha refere-se à atividade voltada à pecuária, a qual era integrada ao Pacífico. A autora destaca que a relevância da atividade açucareira fora maior, porém, na região de Tucumán, no que diz respeito ao desenvolvimento regional. Alguns dados mostram que, ao realizar uma comparação entre as duas regiões, a produção saltenha não chegava a 1% da produção tucumana em 1895, tendo se reduzido a menos da metade após este período. A tabela 2 mostra os estabelecimentos e a produção açucareira em termos comparativos nas regiões de Tucumán e Salta nos anos de 1895 e 1913.

Tabela 2 – Estabelecimentos e Produção açucareira em Salta e Tucumán

Jurisdição	Nº de estabelecimentos 1895 / 1913	Produção 1895	Produção 1913	Aumento ou diminuição da produção em 1913
Salta	1/1	160.300	468.000	+ 307.700
Tucumán	36/30	20.966.050	95.229.860	+ 74.263.810

Fonte: JUSTINIANO (2005)

A história de Salta mostra que em inícios de 1880 havia um único engenho na província, o de San Isidro. Mesmo a *hacienda* não proporcionando representativamente a riqueza, da plantação se obtinha, além do açúcar, mel e aguardente. A produção voltada somente ao mercado interno na província ainda proporcionava aos donos do engenho o crescimento de suas riquezas individuais. Durante muitos anos a imagem de Salta interligava-se à pecuária. Com características similares às de Salta, a província de Jujuy³ também fora grande destaque na região noroeste argentina, sendo de grande importância a relevante participação política no setor açucareiro das duas províncias.

Também se pode apontar que apesar do destaque de Tucumán,

“(…) a força de a atividade açucareira no acontecer político e econômico da província já se manifesta a meados do século XIX. Sua relevância é tal que definirá

² Província argentina que tem uma superfície de 155.488 Km², com uma população de 1.079.051 habitantes e densidade populacional de 6,9 hab./Km². Limita-se ao norte com a Província de Jujuy e República da Bolívia. É localizada na zona tropical. Possui clima quente, ainda com variações bastante marcadas em função do relevo variado.

³ A Província de Jujuy possui uma superfície de 53.219 Km², uma população de 611.888 habitantes e densidade populacional de 11,5 hab./Km². Limita-se a oeste com a República do Chile, ao Norte com a República da Bolívia e a Leste e Sul com a Província de Salta. Seu clima é o subtropical com estação seca. Possui máximas de 32° na estação do verão e precipitações escassas no inverno.

no solo saltenho – e não somente nele – espaços econômicos, posicionará governadores, delimitará ocupações territoriais, delineará mapas geográficos, mobilizará as linhas de fronteiras, promoverá novas departamentalizações e desestruturará comunidades humanas.” (JUSTINIANO, 2005, p.15).

Em termos comparativos, o noroeste argentino, com as regiões que se destacaram na atividade canavieira (Tucumán, Salta e Jujuy), insere-se em um processo histórico em que se interligam a economia e política, sendo necessário realizar uma diferenciação em termos de especificação de mão-de-obra empregada, modelos produtivos e as conseqüências para a atividade açucareira de tais regiões, as quais podem ser observadas no mapa 1.

Mapa 1 – Localização da atividade açucareira Argentina

Noroeste Argentino: Províncias de Jujuy, Salta e Tucumán



Fonte: Elaboração própria da autora

Primeiramente, é fundamental apontar que esteve presente nas três regiões o peso da relação Estado Nacional e província na organização da indústria. A base da mão-de-obra na região de Tucumán era recrutada entre a força de trabalho crioula, já na região Salta-jujenha, a força de trabalho era indígena.

Como já apontado, o destaque da província de Tucumán revela o vínculo existente entre o político e as elites produtoras, consolidando alianças importantes para a atividade. A chegada da linha férrea, em 1876, à região proporcionou a interligação entre a produção e os principais centros de consumo, constituindo o início da modernização. É neste contexto

político de destaque para as elites que algumas regiões, como é o caso de Tucumán, ganham maior destaque que outras.

OGANDO (1998) aponta que no período de consolidação do modelo de Estado Nação na Argentina, os vínculos existentes entre a política e as elites donas de engenhos potencializaram alianças e integraram a capital Buenos Aires ao interior do noroeste argentino, tendo-se em conta os grandes benefícios para a região, como fora o caso da linha férrea interligando os centros de consumo e de produção.

Em termos da expansão da atividade no país, “o passo da antiga *hacienda*, de baixa produção e escasso consumo da força de trabalho, aos modernos engenhos açucareiros gerou importantes câmbios na estrutura político-econômica da região.” (ROMÁN, 1998, p. 04).

No que concernem os modelos produtivos, há intensa diferenciação na constituição da estrutura social. No modelo tucumano, o desenvolvimento da indústria ocorreu cedo em comparação com as demais regiões, havendo concentração demográfica e presença de pequenos e médios produtores independentes, de um lado, e empresários donos de engenho de outro, como é relatado por OGANDO (1998), dando oportunidade ao aparecimento de um mercado livre de trabalho e a uma exitosa estrutura produtiva para o açúcar. Recorria-se aos crioulos campesinos, os quais tinham sua mão-de-obra assalariada. Segundo este autor, até o ano de 1900, os engenhos tucumanos eram responsáveis por cobrir 85,5% da produção nacional de açúcar.

O modelo de produção salto-jujenho fora marcado pela concentração (fábrica - engenho de um mesmo dono) e monopólio da terra, baseando-se fortemente em mão-de-obra indígena e camponesa. “Os industriais salto-jujenhos superaram as desvantagens de seu tardio surgimento ao custo do suor indígena e apoio estatal” (OGANDO, 1998, p.04). A evolução da atividade necessitava da expansão da mão-de-obra empregada. Como era escassa a força de trabalho crioula, recorreu-se aos indígenas da região do Chaco. Verificou-se a imposição do trabalho compulsório a estas comunidades como forma de superar o problema referente à mão-de-obra. O recrutamento dos índios constituía uma ferramenta para dar continuidade à produção e colheita. OGANDO (1998) aponta a existência de “expedições” que tinham por finalidade a busca de índios para trabalhar na safra (havendo indícios de apoio do próprio Estado para tal⁴). A remuneração não era justa em comparação com o que recebiam os crioulos em Tucumán e utilizavam-se métodos brutais de labor. As condições sanitárias dos

⁴ “O Estado pôs também o Exército à disposição dos engenhos na captação de indígenas para o trabalho na safra (...) recrutamento de trabalhadores, permitiram a esta indústria tão necessitada de força de trabalho, captar a grande quantidade de campesinos pobres para a colheita de cana.” (Roman, 1998, p.10).

engenhos eram consideradas péssimas, existindo a disseminação de doenças, fato que não era tão observado em Tucumán.

Demonstra-se que as regiões produtoras de cana sempre chamaram a atenção para o desenvolvimento da atividade a fim de que a mesma ganhasse o desejado destaque nacional, bem como lograsse de apoio governamental. Nestes termos, por exemplo,

“se intentou sistematicamente demonstrar que o desenvolvimento da atividade açucareira em Tucumán havia convertido a província em um centro de atração de capitais, mão-de-obra, combustível e tecnologia, como também em um pólo de difusão, de civilização, de cultura, de progresso, de espírito de empresa e de apego ao trabalho por parte dos setores subalternos” (MOYANO e LENIS, 2007, p. 282).

ROMÁN (1998) ressalta que desde o nascimento da indústria açucareira na Argentina, esta teve uma ligação estreita com a política. Empresários do setor açucareiro e o Governo possuíam vínculos políticos muito fortes. Pôde-se observar que de 1874 a 1904 houve favorecimento para a indústria açucareira no sentido de que os presidentes destes períodos faziam parte da chamada “oligarquia tucumana produtora de açúcar”, segundo o autor. Foram os presidentes Nicolás Avellaneda (1874-1880) e Julio Argentino Roca (1880-1886 e 1898-1904) grandes personagens que apoiaram a indústria do açúcar através de créditos, por exemplo. “O Estado protegeu por meio de diversas leis aduaneiras os açucareiros locais dos importados” (ROMÁN, 1998, p. 10). Assim, “na província de Jujuy, desde seu nascimento, a indústria açucareira teve um importante poder político traduzido em deputados, ministros e até governadores dependiam, ou tinham fortes vínculos com dita indústria (...)” (ROMÁN, 1998, p. 10).

Da perspectiva da organização da indústria o monopólio de acesso à terra pelos grandes donos de engenho favoreceu a integração, em detrimento da presença da pequena agricultura de fornecimento de cana.

De 1895 a 1906 observa-se a primeira grande crise de superprodução do setor, trazendo igualmente a queda nos preços do açúcar. Como apontam MOYANO e LENIS (2007) os industriais da região de Tucumán, tendo se endividado fortemente no período pré-crise, solicitaram, uma vez mais, que o Estado atuasse como protetor e subsidiasse a exportação do produto com a finalidade de manutenção dos preços. A política protecionista do Estado tornou-se a forma de sustentação para o abastecimento do mercado interno. Sob estes aspectos pode-se destacar a forte pressão para manutenção da proteção aduaneira da atividade na Argentina. As trajetórias da produção açucareira no período seguiram a tendência regional que era expressa pelos interesses da província de Tucumán – a região mais representativa dentro da agroindústria açucareira Argentina.

Como forma de coordenar a atividade, foi criada em 1896 a União Açucareira Argentina, a qual era representada pelo sindicato de fabricantes de açúcar e tinha como objetivo, segundo MOYANO e LENIS (2007), controlar os preços, centralizando a venda do produto. Como mostra os dois autores, o discurso realizado no período em prol da proteção da atividade caminhava do caráter provincial para o regional, demonstrando que a indústria açucareira não correspondia apenas aos interesses tucumanos, mas também ao restante das regiões produtoras, como é o caso de Salta e Jujuy. Era desta forma que se buscava legitimar a indústria açucareira como a indústria nacional. Porém, cabe ressaltar que esteve explícito a prioridade dos interesses de Tucumán, ou seja, indústria açucareira era sinônimo de indústria tucumana por muitos anos.

Destacando a presença do Estado na atividade açucareira na Argentina é fácil apreciar a estreita ligação do açúcar com a política. OGANDO (1998) evidencia que tal presença pode ser observada a partir da análise dos governantes no período que compreende 1880 a 1916. Em trinta e seis anos, dos nove presidentes, cinco provinham da região do noroeste açucareiro argentino. Desta forma, houve intensa proteção do Estado à produção através de imposição de impostos, ajuda na captação de mão-de-obra, bem como investimentos que favoreciam a indústria.

O período de 1916 a 1923 marcou, porém, um ponto de inflexão na atividade açucareira Argentina, havendo mudança no tratamento dos assuntos do setor a partir do governo de Yrigoyen (o qual quebraria com a linha protecionista existente até então). O novo governo teve como uma das medidas iniciais um decreto que, segundo MOYANO e LENIS (2007), autorizava a importação de açúcar no montante de 75.000 toneladas. “Não obstante as reclamações do setor, o governo nacional concedeu permissões de importação com direitos reduzidos com o objetivo de baixar sensivelmente o preço do açúcar” (MOYANO e LENIS, 2007, p. 289). A política de Yrigoyen estava baseada, segundo os autores acima citados, em assegurar o açúcar a preços baixos para a população dos grandes centros consumidores urbanos. Assim, houve a realização de medidas tais como a anteriormente referida, uma vez que a crise assolava o setor em decorrência da escassez mundial do açúcar no período de guerras. Porém, observaram-se quantidades importadas superiores às necessidades de demanda do país. A tabela 3 faz referência à quantidade de açúcar importado no período de 1914 a 1923.

Tabela 3 – Importações de açúcar na Argentina em toneladas (1914-1923)

Anos	Toneladas
1914	6509
1915	23
1916	30326
1917	160157
1918	33269
1919	82138
1920	48
1921	55599
1922	73571
1923	24506
Total	466146

Fonte: MOYANO e LENIS (2007)

Em 1919, além da permissão para importar açúcar, foi proibida a exportação do produto. As pressões das regiões produtoras aumentaram e, como destaca MOYANO e LENIS (2007), pela primeira vez o governo de Yrigoyen concede algo a pedido dos industriais açucareiros, ou seja, permitiu a exportação, mas com a condição de que o preço do produto no mercado interno continuasse igual ao estabelecido. Porém, devido à alta especulação advinda do comércio, o preço do açúcar voltou a subir e nova proibição de exportações foi imposta (em 1920). Desta vez o governo não protecionista utilizou-se da decisão de expropriar 200.000 toneladas do produto, porém, devido à repercussão, houve expropriação de “(...) somente 50.000 toneladas que foram vendidas ao público em estações e feiras livres.” (MOYANO e LENIS, 2007, p. 291).

Diante deste cenário, a província de Tucumán passou a ver o governo como sendo inimigo da atividade açucareira que desenvolvia e da própria província. Viam as ações do governo com forte cunho eleitoral, no sentido de que as atividades desenvolvidas no litoral (como a produção de carne) não sofriam com tanta rigorosidade. Pensava-se decididamente que “(...) o litoral cobrava mais força e suas demandas vieram antes às do interior. O protecionismo perdia terreno frente ao avanço dos interesses pampeanos e dos consumidores da metrópole.” (MOYANO e LENIS, 2007, p.292).

Juntamente com as ações do Governo, somou-se o Censo de 1914, o qual fez parte de uma reforma eleitoral em que os representantes das elites açucareiras do interior do país perderam espaço no Congresso para Santa Fé e Buenos Aires, regiões que tiveram sua participação dobrada. As formas de proteção do passado não podiam mais ser sustentadas a

fim de que os interesses da indústria açucareira permanecessem no centro das discussões políticas.

As ações do presidente Yrigoyen para com o setor da indústria açucareira foram recebidas com hostilidade pelas principais regiões produtoras. A mais representativa delas fora o movimento de expropriação (1920) citado anteriormente, o qual modificou o cenário de atuação da atividade, uma vez que Tucumán (antes sinônima de indústria açucareira argentina) modificou seu discurso de principal província produtora, separada das demais. Toma corpo o pensamento de região produtora como um todo, ou seja, o Norte Argentino tornou-se uma zona de produção açucareira, o que fez ressaltar a participação de Salta e Jujuy na atividade, juntamente com Tucumán. “Desta maneira, se desfoca esta idéia de epicentro tucumano e faz sua aparição a região como um bloco homogêneo de províncias, vinculadas estreitamente a uma mesma atividade econômica, fonte de seu desenvolvimento e riqueza” (MOYANO e LENIS, 2007, P. 293). O aumento da participação do restante do Norte Argentino pode ser observado na tabela 4.

Tabela 4 – Participação dos núcleos produtivos na produção nacional de açúcar (1894-1923)

Anos	1894			1923		
Núcleos Produtivos	Nº de Engenhos	Produção de Açúcar (toneladas)	%	Nº de Engenhos	Produção de Açúcar (toneladas)	%
Tucumán	24	59903	86,8	27	201633	78,2
Salta e Jujuy	3	4848	7,1	5	50122	19,5
Outras Províncias e territórios	9	4241	6,1	4	5959	2,3
	36	68992	100	36	257714	100

Fonte: MOYANO e LENIS (2007)

A característica de proteção foi retomada. Por exemplo, “nos anos 1930, a indústria volta a recuperar-se e mais uma vez o Estado eleva as tarifas alfandegárias a fim de proteger a produção açucareira. A intervenção estatal na economia tucumana foi algo freqüente e crucial para a manutenção da agroindústria do açúcar.” (CHAVES, 2009, p. 23).

Nos anos de 1940 houve estagnação da produção, mas em momento posterior a recuperação fora alcançada. A indústria açucareira argentina viveu momentos de superprodução. O primeiro deles ocorreu em fins do século XIX- como já destacado- o mais recente fora evidenciado o ano de 1966, o qual foi ocasionado pela expansão da indústria. Como aponta CHAVES (2009), a atitude do governo caracterizou-se pelo fechamento de engenhos menos produtivos e interrupção da fabricação do açúcar. Tal crise de superprodução

vinha acompanhada de um regime ditatorial e acarretou conseqüências ruins ao setor canavieiro, como se pode destacar com o fechamento de onze engenhos tucumanos entre 1966 e 1967, como “a falência de cidades inteiras que tinham toda sua atividade voltada à produção açucareira”. (CHAVES, 2009, p. 24).

Em fins dos anos de 1960 e início de 1970 foram observadas intensas agitações dos trabalhadores, que reivindicaram melhores condições de trabalho nas províncias. Fortes lutas obreiras começaram a desestruturar a indústria açucareira, primeiramente em Tucumán e depois em Jujuy. Lutas populares tornaram-se perigosas para os donos de engenho, que nelas viam o questionamento da legitimidade do tipo de dominação que exerciam no campo, bem como da rentabilidade dos negócios com açúcar que ela patrocinava. Desta forma, “a grande massa de trabalhadores reunida na época de safra, junto às péssimas condições laborais e sanitárias, começou a ser vista como um coquetel perigoso pelos donos de engenho, já que constituía o caldo de cultivo ideal para a luta e consciência obreira” (ROMÁN, 1998, p. 13).

Observou-se que a resposta patronal ao movimento operário foi o progresso técnico. Segundo OGANDO (1998), nesse período houve mudança do modelo de produção e estabelecimento de novas relações produtivas, destacando-se a mecanização produtiva e o abandono da relação obreiro-patrão, elevando a produção por unidade de trabalho. A mecanização dos engenhos trouxe a eliminação dos conflitos existentes, ao mesmo tempo em que eliminou parte dos trabalhadores da atividade.

No período de 1967 a 1972, como abordou CHAVES (2009), algumas leis trouxeram auxílio aos produtores diante da crise ao assegurarem a compra da safra dos produtores que adquirissem cotas de produção compradas pelos engenhos.

A história da cana-de-açúcar na Argentina representa a existência de fortes laços entre Estado e empresários a fim de controlar e expandir uma atividade caracterizada, em muitos aspectos por limitações (as quais podem ser expressas pelas características laborais exploratórias), em outros, pela modernidade e pioneirismo (como é o caso da região de Tucumán). A agroindústria que obteve destaque em fins do século XIX expandiu-se através das províncias do noroeste voltada inicialmente ao mercado interno e que foi impulsionada pelo desenvolvimento do transporte ferroviário, o qual interligava as regiões produtoras modificando a estrutura territorial, logrou nos últimos anos crescimento da produção de cana-de-açúcar. A indústria açucareira passou a ser conhecida como a do Noroeste Argentino e não apenas como a indústria Tucumana, diferentemente do que perdurou durante muitos anos.

1.2 MÉXICO

A atividade canavieira mexicana é antiga (remontando-se à segunda metade do século XVI) e nasceu voltada para o mercado externo. No México, o maior Estado produtor de cana é Veracruz que detém aproximadamente 38% dos engenhos de todo o país, diante de um total de áreas produtoras que se estendem pela Costa do Pacífico, Golfo do México, Área Central, Área Caribenha e na Península de Yucatán. O açúcar predomina na cultura e economia do país, o qual possui um dos maiores consumos per capita do produto (Segundo a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento rural, Pesca e Alimentação – SAGARPA – o consumo de açúcar por habitante no país é de 44 quilogramas anualmente) e é um dos maiores exportadores de açúcar do mundo (diante das classificações atuais sobre exportação de açúcar mundial, o país figura na oitava posição, com aproximadamente, 690 milhões de toneladas, segundo dados da SAGARPA).

Mapa 2 – Localização das maiores regiões produtoras de cana-de-açúcar do México



Fonte: Elaboração própria da autora

A atividade canavieira mexicana começou a se difundir através do sistema colonial de *haciendas* (com a agricultura comercial), existindo além desta forma de organização a agricultura voltada ao próprio consumo nas pequenas propriedades. Esta tendo no período menor relevância.

As *haciendas* caracterizaram-se pela grande extensão de terras, geralmente articuladas com o mercado externo via exportações de *commodities*, com o predomínio da peonagem como regime de trabalho. Pode-se apontar, porém, que em fins do século XIX, algumas

regiões formadas durante o Porfiriato (período de trinta anos em que o país fora governado por Porfírio Díaz) caracterizaram-se por possuir *haciendas* com algumas diferenças relevantes, tais como avanços tecnológicos e maior produtividade em relação às outras zonas produtoras.

Segundo VILLASEÑOR (2003), o sistema de *haciendas* constituía uma forma de agricultura voltada ao comércio e que controlava a maior parte do total produzido pelo país. A tabela 5 apresenta informações a respeito da quantidade de *haciendas*, ranchos e habitantes no México no período de 1854 a 1910.

Tabela 5: *Haciendas*, Ranchos e população no México

Ano	Haciendas	Ranchos	Total	Habitantes
1854	6092	15085	21177	7.853.395
1877	5689	14700	20574	9.481.916
1900	5932	32557	38489	13.607.257
1910	8431	48635	57066	15.160.377

Fonte: Villaseñor (2003)

Conforme apontado por VILLASEÑOR (2003), o rancho “pode tratar-se de uma propriedade dependente ou anexa da *hacienda*, uma pequena propriedade independente de não mais de mil hectares; ou um assentamento humano, sem personalidade política nem jurídica entre 20 e 2000 habitantes.” (VILLASEÑOR, 2003, p. 132). O autor ainda aponta que eles constituem um forte dinamismo do mundo rural, aumentando para quase 50000 no ano de 1910. Porém, “as *haciendas* são a única propriedade privada que se apóia em documentos legais em caso de venda ou transmissão” (VILLASEÑOR, 2003, p. 132).

VILLASEÑOR (2003) esboçou o caráter do regime porfirista⁵ (1877-1911) como um modelo de crescimento fundamentado no nacionalismo e orientado para o mercado internacional, e que atribuiu ao campo a importância no fornecimento de alimentos para as cidades e no seu crescimento urbano. Neste sentido, o projeto porfirista atribuiu às *haciendas* um papel estratégico, cujo caráter exploratório realizava-se mediante o trabalho de operários, arrendatários, etc. Este processo de desenvolvimento, segundo VILLASEÑOR (2003), ocorreu nas cidades mexicanas de maior dinamismo demográfico, ou seja, com maior

⁵ O Porfiriato (1876 - 1911) representou um regime baseado no latifúndio das *haciendas*. A posse de terras era concentrada nas mãos de ínfima parte da população elitista, ou seja, a chamada aristocracia rural. O momento mexicano foi de uma sociedade divergente em termos sociais, mas que se desenvolvia economicamente, o que pôde ser expresso pelo progresso com a introdução da ferrovia, recebimento de investimentos estrangeiros, dentre outros.

crescimento do número de habitantes, quais sejam: Cidade do México, Guadalajara, Veracruz, dentre outras.

Na região Sul do país, onde se desenvolvia os cultivos de produtos tropicais como a cana-de-açúcar, o regime de trabalho baseava-se em um sistema diante do qual trabalhadores encontravam-se presos à terra. Cabe ressaltar que a existência da ferrovia (criada no governo de Porfírio Díaz) facilitou o funcionamento e o aparecimento de tais *haciendas*, contribuindo também para a interligação entre as regiões e mercados, estimulando a exportação dos produtos como o açúcar, e desenvolvendo igualmente o mercado interno. As exportações aumentaram no período de 1870 a 1910, passando, segundo VILLASEÑOR (2003), a 37% das exportações totais do país.

Na parte central do México, as *haciendas* tinham sua produção designada a produtos como cereais e eram voltadas para o mercado interno. No norte, a atividade era, basicamente, mineradora e pecuária. Pode-se apontar que

“o elemento decisivo das *haciendas* eram os peões, atados à *hacienda* pelo endividamento que passava de uma geração à outra (...) a peonagem por endividamento se praticou com mais força nas *haciendas* do centro do México, enquanto que no Norte se passa a um sistema de trabalho assalariado e no sul a um parecido com o escravismo” (VILLASEÑOR, 2003, p. 133).

A respeito da forma de organização das *haciendas*, havia uma divisão por espaços cultiváveis. Sendo ressaltado por VILLASEÑOR (2003) que as terras melhores eram beneficiadas por recursos hídricos e diretamente exploradas pelo proprietário e peões. As terras que eram consideradas marginais voltavam-se aos arrendatários. As *haciendas* representavam impacto na estrutura social, uma vez que “o controle sobre importantes núcleos populacionais lhe confere um poder e um prestígio crucial em momentos de conflitos sociais, quando os hacendados mobilizavam suas *clientelas*⁶ para intentar lograr favores do governo” (VILLASEÑOR, 2003, p. 134).

Durante o Estado Porfirista, os proprietários de terras tinham uma forma de atuar baseada na dominação. Tal Estado “não estabeleceu uma política agrária que fomentaria o desenvolvimento econômico e social do campo mexicano e contribuiu a uma distribuição desigual da riqueza agrícola” (VILLASEÑOR, 2003, p. 136). Apesar disto, houve a promoção, pelo Estado, de determinadas medidas que proporcionaram desenvolvimento, como definição de direitos de propriedade da terra e água, patentes, difusão de tecnologias no campo e expansão dos transportes (ferrovia) com impactos decisivos às atividades agrícolas. Porém, VILLASEÑOR (2003) ressalta que havia contradição nas políticas, uma vez que a

⁶ O termo remete-se ao chamado “clientelismo”, diante do qual se estabelecia uma relação de troca entre cliente e patrão com a finalidade de obtenção de apoio político.

grande propriedade ganhava espaço em detrimento das pequenas. O benefício era voltado para hacendados e rancheiros que se ligavam ao comércio. Assim, o autor considera a existência de grandes limitações das questões institucionais e das políticas voltadas para o campo.

Desta forma, “antes do Porfiriato, a economia mexicana não contava com meios de transporte e meios de comunicação básicos, nem com bancos, capitais, tecnologia e educação” (VILLASEÑOR, 2003, p. 144). As políticas surtiram efeito no crescimento econômico do país, mas com contradições, principalmente no campo, com fragilidade na organização do trabalho, e como VILLASEÑOR (2003) destaca, pela escassez de circulação monetária, ausência de crédito e apoio somente à grande propriedade, privilegiando as cidades sobre o campo.

De acordo com BANKO (2005), o domínio de Porfírio Díaz (1876-1911) representou transformações econômicas importantes ao país. A autora assinala que,

“A estabilidade política, fundada no modelo autoritário, favoreceu a introdução dos investimentos estrangeiros (...) grande impulso da exploração açucareira se iniciou nas últimas décadas do século XIX, em coincidência com a declinação da produção cubana pela guerra contra a Espanha” (BANKO, 2005, p.43).

Inicialmente, era na região de Morelos que se concentrava a agroindústria açucareira mexicana. BANKO (2005) aponta que a atividade era concentrada, pertencendo a um mesmo proprietário tanto a usina como as terras cultiváveis.

O século XIX e começo do XX representaram importantes avanços da atividade açucareira no país, principalmente por aumentos da exportação. “Entre 1880 e 1907 se instalaram 17 novos engenhos em todo o país. (...) Em Veracruz se fundaram vários engenhos, a maior parte deles pertencentes a investimentos estrangeiros (...)” (BANKO, 2005, p. 44).

A instabilidade que assolou o país em 1910 teve conseqüências para a agroindústria açucareira. Movimentos foram organizados com o propósito de finalizar a ditadura instaurada com o Porfiriato. “Prosseguiram vários anos de fortes lutas que se traduziram em uma notória declinação da produção açucareira” (BANKO, 2005, p. 44). Em Morelos, houve queima de grandes extensões de terras (voltadas ao cultivo do produto) pelos revoltosos do exército liderado por Emiliano Zapata⁷.

⁷ Emiliano Zapata constituiu importante figura no movimento da Revolução Mexicana iniciada em 1910. A luta armada nesse período fora comandada por ele a fim de finalizar a ditadura de Porfírio Díaz, sendo o líder do Exército de Libertação do Sul. O herói nacional nasceu na região de Morelos (a qual era dominada pelo Porfiriato) em 1879 e lutou pelos direitos dos povos que eram subordinados ao sistema característico da época, com as chamadas haciendas e peonagem. Desta forma, requeria-se uma reforma agrária no país.

As revoltas acarretaram conseqüências às regiões produtoras de cana no México. Primeiramente, as queimadas dos canaviais de Morelos trouxeram um ponto de inflexão para o país, qual seja: Veracruz ganhou destaque produtivo havendo um aumento, como BANKO (2005) ressalta, da produção de açúcar entre os anos de 1911 e 1922 na região, a qual passou de 37 140 para 54 390 toneladas. Foi desta maneira que o estado passou a ser o maior produtor de cana do país e se manteve nesta posição beneficiado, inicialmente, pelo aumento da demanda de açúcar e pelo contexto internacional durante a Primeira Guerra Mundial, o qual dificultou a produção no resto do mundo. “A situação política no México começou a estabilizar-se em meados dos anos 20, logrando-se assim a recuperação do setor açucareiro” (BANKO, 2005, p. 45).

Marcando presença ativa na agroindústria açucareira, o Estado interveio nos momentos de maior dificuldade, como fora o caso dos anos de 1930, em que o mundo era abalado pela depressão econômica. Assim, “(...) se construiu no México em 1931 a Companhia Estabilizadora de Açúcar e Álcool” (BANKO, 2005, p. 45) como forma de garantir a regulação dos mercados, equilibrando a produção e consumo. Um exemplo de marcada intervenção foi a criação da Indústria Açúcar SA, em 1932, a qual possuía engenhos associados que tinham a obrigação de vender o total de açúcar produzido. A compra do açúcar tinha por finalidade sua comercialização no mercado interno e externo e proporcionava garantias de que a demanda interna seria atingida.

As transformações agrárias de cunho institucional no México influenciaram decisivamente a trajetória percorrida pelo cultivo da cana-de-açúcar, realçando suas características produtivas. A passagem de um âmbito concentrado, como era o caso das *haciendas*, para o destaque da atividade em mãos dos trabalhadores constitui ponto específico das mudanças ocorridas, sendo que as mesmas podem ser observadas inicialmente com as políticas adotadas por Lázaro Cárdenas em seu período na presidência (1934-1940).

Cárdenas rompeu com o processo produtivo então vigente, o qual apresentava traços de ampla concentração de terras e más condições de trabalho no campo. Assim, um ponto de inflexão na Reforma Agrária no México certamente ocorreu dentro do período de 1934 – 1940. O destaque para a sociedade agrícola coletiva sob a constituição dos *Ejidos* modificou a estrutura organizacional da terra e, igualmente, os direitos de propriedade sobre a mesma. A mudança baseou-se em expropriações, redistribuição de terras de regiões desenvolvidas e formação de cooperativas.

“De 1920 a 1934 o *ejido*, como sistema de distribuição de terras resultado da Revolução Mexicana, se concebeu como o meio de garantir que a população rural mais pobre tivesse acesso à terra para o cultivo e habitação” (IBARRA, 2010, p. 104).

Segundo SINGELMANN (1993), a organização pelos *ejidos* é representada pela transferência de terras a um importante membro de determinada família, porém tal não possuía a formalidade sobre sua propriedade e, após a morte de seu titular a terra era novamente transferida, podendo passar ao filho mais velho da família. O autor acima citado também destaca que uma importante característica de tal sistema era que as terras não podiam ser vendidas, arrendadas ou utilizadas como garantias de empréstimos. Nelas, cultivavam-se diferentes produtos, sendo um deles a cana-de-açúcar. A seleção de tais cultivos estava a cargo de bancos do governo. SINGELMANN (1993) aponta que as reformas ocorridas no âmbito agrário constituíram fortes determinantes para o contexto da industrialização e capitalização da agricultura.

Desta forma, os chamados *ejidos* estiveram presentes na história mexicana a partir da revolução no país, mas ganharam sua forma característica para a exploração agrícola quando, em 1934, Cárdenas assume a presidência. Até 1930 a tendência existente, segundo IBARRA (2010), era de forte concentração de terra e a exploração agrícola pelos *ejidatarios* era ainda pouco exitosa. O cenário é modificado e “um aspecto do dito processo foi a expropriação de agroindústrias e a criação de sociedades cooperativas *ejidais*, as quais foram parte importante da reforma agrária (...)” (IBARRA, 2010, p. 105).

Os câmbios ocorridos após o Cardenismo⁸ modificaram também a forma de atuação do governo. A Indústria Açúcar SA deu origem à União Nacional de Produtos do Açúcar (UNPASA), em 1938, a fim de melhor coordenar o crescimento da agroindústria no país através de fornecimento de crédito a seus sócios, venda do açúcar e exportação de seu excedente.

A presidência de Lázaro Cárdenas significou ainda o fim da organização agrária baseada nas *haciendas*, enfatizando que “o novo Código Agrário de 1937 estabelecia que em seu artigo 139 que (...) a exploração se organizará de forma coletiva” (IBARRA, 2010, p.

⁸ Cardenismo (período em que Lázaro Cárdenas esteve no poder, de 1934 - 1940) representou a ascensão das camadas populares na participação dos acontecimentos do país, principalmente através das reformas ocorridas no campo e em geral no âmbito social, com um embasamento na Revolução Mexicana (iniciada em 1910).

106). O mapa 3 aponta as regiões desenvolvidas do México que vivenciaram a expropriação das grandes indústrias (tal como a açucareira) no governo Cárdenas.

Mapa 3 – Principais zonas agrícolas expropriadas durante o cardenismo (1934-1940)



Fonte: IBARRA (2010)

IBARRA (2010) destaca que o projeto agrário de Cárdenas delineou-se a partir da formação de 247 sociedades de crédito *ejidal*. Sob muitos aspectos, os *ejidos* coletivos continuavam ligados às empresas de açúcar com a venda da cana produzida. Como exemplo, há o caso da *United Sugar Companies*⁹ na região de Sinaloa.

Como conseqüências das transformações no governo Cárdenas, muitas empresas de açúcar com alta lucratividade no país foram afetadas no movimento de expropriação (sendo as primeiras a surtirem os efeitos da reforma da nova presidência). A tabela 6 mostra, em termos quantitativos, o total de hectares repartidos, a quantidade de *ejidatarios* beneficiados e de hectares por *ejidatario* no período de 1936 a 1938.

⁹ Organizada em 1905, “com oficina principal em Los Mochis (Sinaloa), associada à Sinaloa Sugar Co., à Companhia Açucareira de Águila, S.A. e à Companhia Destiladora La Victoria, S.A. Num primeiro momento era uma oficina central que gerenciava e administrava todas as companhias mencionadas e se conduziu em especial na resolução de problemas urgentes que obstaculizavam o incremento da produtividade, segundo seus diretivos, o transporte, a irrigação e o financiamento” (IBARRA, 2010, p.110).

Tabela 6 – Expropriações mais importantes no México (1936 - 1938)

Expropriações	Hectares repartidos	Ejidatarios Beneficiados	Hectares por ejidatario
La Laguna	150.000	35.000	4,28
Yucatán	366.000	34.000	10,76
Valle del Yaqui	47.000	2.160	21,75
Lombardía/Nueva Italia	61.449	2.066	29,74
Los Mochis	55.000	3.500	15,71

Fonte: IBARRA (2010)

Ressaltando as características mais peculiares da Revolução Mexicana¹⁰, a qual impactou profundamente na estrutura da atividade canavieira e influenciou na reforma agrária do país, IBARRA (2010) aponta que a mais importante delas “(...) foi sua insistência em criar zonas de agricultura cooperativa, conformadas por unidades econômicas coletivas (...), com instalações para a transformação de produtos, sistemas de energia elétrica e vias férreas (...)” (IBARRA, 2010, p. 109).

A situação de más condições de vida de muitos trabalhadores em grandes companhias de açúcar impulsionou de maneira decisiva o ensejo de repasse das empresas para as mãos de tais trabalhadores. A título de exemplo, “em Veracruz os obreiros adquiriram dois engenhos. Em Morelos se formou em 1935 uma cooperativa em Zacatepec, com 32 sociedades de crédito *ejidal*, e entrou em operação o engenho Emiliano Zapata”. (IBARRA, 2010, p. 109).

Desta maneira, entre 1936 e 1939, a maioria dos *ejidos* no México já tinha sido criado. Porém, a indústria açucareira mexicana passou por uma crise no período de 1930 a 1932, com movimentos ensejando melhorias nas condições de trabalho, ao mesmo tempo em que a principal indústria de açúcar, a *United Sugar Companies*, tendia à redução do número de trabalhadores. Os anos de 1936 também fora marcado por conflitos trabalhistas. Em 1938 se fazia a entrega das terras para os trabalhadores, os quais se tornaram campesinos. Foi desta forma que

“uma extensão de 83,442 hectares passou a ser propriedade de 4,663 chefes de família na região de Los Mochis. As terras se converteram em *ejido* coletivo com fins produtivos, e se decidiu a organização de uma cooperativa de *ejidos* que se

¹⁰ A Revolução Mexicana iniciou-se no século XX, mais especificamente no ano de 1910 (não havendo consenso sobre seu exato término). Seu ensejo relaciona-se ao México da ditadura do Porfiriato caracterizada por possuir os custos do desenvolvimento recaindo sobre a parte desfavorecida da população. Ocorreram, durante sua existência, lutas armadas e movimentos revolucionários, como o liderado por Emiliano Zapata. Nasceu, em 1917 após o período de revoltas, a nova Constituição do país.

denominou Sociedade de Interesse Coletivo Agrícola Ejidal” (IBARRA, 2010, p. 116).

Para tal transformação foi primordial a participação do Banco Nacional de Crédito Ejidal, criado em 1934, para fornecimento de crédito voltado à aquisição de instrumentos necessários à produção.

A Sociedade de Interesse Coletivo Agrícola vivenciou grandes dificuldades na produção dos cultivos, como a cana. Pode-se destacar o seu alto endividamento com o Banco Nacional de Crédito. Foi sugerida, em 1954, pelo próprio Banco que a independência produtiva dos *ejidos* (com cada um podendo produzir cultivos diferentes da cana) era a melhor maneira de superar a crise financeira. Significaria a desintegração da forma cooperativa de atuar.

Em 1955, nos momentos da crise, houve a decisão de substituição do cultivo de cana por outros,

“afetando a 34 *ejidos* e diminuindo a moenda em 50 por cento. A safra de 1954-55 foi a pior da história desta cooperativa, baixaram os rendimentos em 7,36%. Em julho de 1955 quatro *ejidos* decidiram separar-se da associação: El Porvenir, Morelos, Bagojo e Zapatillo” (IBARRA, 2010, p. 121).

IBARRA (2010) aponta que houve dificuldade de organização por parte dos *ejidos* e a manutenção da produtividade das grandes companhias como a *United Sugar*, não constituiu tarefa fácil. “(...) A cooperativa sobreviveu 16 anos. Em 1959 foi liquidada a Sociedade de Interesse Coletivo Agrícola (...)” (IBARRA, 2010, p. 123).

Assim, a reforma de Cárdenas teve mais do que um simples caráter de transformação agrária. Constituiu profundas alterações de cunho econômico e social. As barreiras de sustentação da nova ordem agrária conformavam a ligação que os *ejidatarios* ainda tinham com antigos patrões, a falta de técnicas na produção (que tiveram como resultado a queda nas exportações no período), assim como deficiências administrativas. Tudo levou à queda do êxito produtivo e trouxe impactos representativos ao cultivo da cana, o qual retornou às grandes empresas produtoras de açúcar do país no momento em que a sociedade cooperativa foi desfeita. Em termos comparativos, os *ejidos* proporcionaram menor lucratividade que as antigas *haciendas*.

O período de 1946 – 1952 correspondeu ao do governo de Miguel Alemán, o qual foi marcado pela realização de políticas cujo objetivo era dar impulso ao desenvolvimento agrícola e industrial do país. O Estado teve forte presença no intervalo através de políticas protecionistas. Isso proporcionou “um grande aumento da produção entre 1950 e 1959, a uma taxa anual de 7,82 por cento no México (...)” (BANKO, 2005, p. 46). “Durante a presidência

de Miguel Alemán foi aprovado o primeiro plano açucareiro (1950), destinado não somente a fomentar a extensão das áreas cultivadas, mas também a elevar o rendimento por meio da utilização de fertilizantes e mecanização” (BANKO, 2005, p. 47). Este foi um grande impulso à atividade, a qual teve sua capacidade aumentada.

Apesar dos amplos benefícios e apoios governamentais, a agroindústria canavieira mexicana permaneceu precária durante muitos anos, o que pode ser verificado pela produção acima da demanda em várias ocasiões. Em muitos momentos o governo realizou políticas de aumento de preços para que assim a produtividade pudesse crescer, bem como pudesse ser alcançado o desenvolvimento da atividade como um todo. Porém, como SINGELMANN (1993) aponta, entre 1945 e 1958 as ações não foram suficientes ao estímulo da indústria e agricultura e expansão dos campos voltados ao cultivo ou capitalização da atividade. Apenas no ano de 1970 tais aumentos tornaram-se perceptíveis.

Para resolver os problemas do período, houve, principalmente a partir de 1970, aumento da regulação estatal nas atividades agrícolas. Neste ano foi criada pelo governo a Comissão Nacional da Indústria Açucareira (CNIA), a fim de promover o aumento da produção e da produtividade, além de assegurar equilíbrio da distribuição interna e externa do produto e, como ressalta BANKO (2005), ajudar no financiamento da atividade e organizar uma administração que abrangesse os engenhos do setor público. “Em meados dos anos setenta começou a exteriorizar-se a frágil situação da agroindústria açucareira pelo escasso desenvolvimento tecnológico do setor fabril que não tinha capacidade de processar a matéria-prima obtida” (BANKO, 2005, p. 48). Por esta razão, a decisão tomada pela CNIA foi a de redução da semeadura.

Entre 1974 e 1981, BANKO (2005) ressalta que houve uma redução da superfície cultivada, assim como a produção de açúcar decresceu 10%. Neste mesmo período houve queda das exportações. Era uma crise vivida pelo setor.

Os anos de 1970 foram marcados por ativa intervenção do Estado, sendo uma delas a passagem de empresas do setor açucareiro com baixa produtividade para sua própria administração. Entre 1975 e 1980 ocorreram momentos de dificuldades de abastecimento até mesmo do mercado interno. “A situação da indústria chegou a ser preocupante porque, entre 1976 e 1985, o México deixou de exportar açúcar e iniciou até mesmo importações significativas entre 1980 e 1984” (BANKO, 2005, p. 49).

No ano de 1988, o Estado interveio nos preços e comércio e possuiu papel representativo no que diz respeito ao desenvolvimento da tecnologia empregada no cultivo. Durante o governo de Miguel de La Madrid (1982-1988) destaca-se o “Programa de

Reconversão da Indústria Açucareira, com o objetivo de assegurar a auto-suficiência alimentar, aumentar a produtividade e (...) reduzir a participação do Estado no setor” (BANKO, 2005, p. 49).

O excesso de gastos governamentais por meio do fornecimento de crédito e subsídios para o setor canavieiro foi um dos quesitos que levou ao desequilíbrio das finanças públicas. Assim, o Estado passa, em 1988, parte da atividade para a iniciativa privada, fato que acarretou muitas transformações para o setor (as quais serão analisadas no segundo capítulo deste trabalho).

A estrutura produtiva da atividade modificou-se com as transformações ocorridas após sua desregulamentação. Pode-se apontar que atualmente o país conta com mais de quinze regiões produtoras de cana-de-açúcar, havendo alta concentração de usinas no Estado de Veracruz.

Tabela 7 – Distribuição das Usinas por Estado Mexicano

Estados Produtores	Número de Usinas
Veracruz	22
Jalisco	6
San Luis Potosí	4
Oaxaca	4
Michoacán	3
Tabasco	3
Sinaloa	3
Chiapas	2
Nayarit	2
Puebla	2
Tamaulipas	2
Morelos	2
Quintana Roo	1
Colima	1
Campeche	1
Total	58

Fonte: SAGARPA (Abril/2009)

Pode-se dizer que todas as transformações relatadas representaram importantes choques na sociedade mexicana como um todo, não somente ao setor açucareiro, pois

“A agroindústria açucareira é uma atividade de alto impacto social por sua produção, pelo emprego que cria no campo mexicano e porque o açúcar é um produto básico na dieta do mexicano. Esta afirmação se sustenta em que a cana-de-açúcar é produzida em 194 municípios distribuídos em 15 dos 32 estados; se colheita, em média, 700 mil hectares em benefício de 150 mil produtores, igualmente, gera 45 mil empregos (...)” (GIRÓN e JIMENEZ, 2005, p. 25).

Devido à importância do produto para o país, alguns autores apontam como fundamental o processo de diversificação da estratégia produtiva no país dentro do atual cenário caracterizado pela presença de substitutos do açúcar (como é o caso dos adoçantes advindos do xarope de milho importado dos EUA). Tal diversificação exige, porém, superações e desenvolvimento tecnológico, a fim de que seja garantida a competitividade e ao mesmo tempo, para que todos os benefícios sejam aproveitados, sejam eles econômicos, de cunho social e ambiental. Poderá ser crucial para abranger a atividade e aproveitar mais seus subprodutos a integração do governo com outros protagonistas da indústria, como é o caso dos empresários.

Assim, no México, a importância da atividade açucareira expressou-se em vários momentos. Desde o Porfiriato (com as *haciendas*), passando para o Cardenismo (com os *ejidos*), e pelas crises que assolaram o setor (seja pela superprodução, concorrência com produtos substitutos, etc.) a transformação da agroindústria adquiriu traços de câmbios sociais, culturais e políticos no país, os quais ocuparam destaque em vários momentos: Revolução Mexicana, Revolução Agrária, participação Estado, posteriormente, desregulamentação do setor

1.3 BRASIL

O cultivo da cana-de-açúcar no Brasil, ao contrário da Argentina, é antigo e voltado para “fora”, integrado aos circuitos mercantis do centro comercial dominante. Esse fato tem papel não pouco trivial na formação e na dinâmica nacional dessa atividade. Em primeiro lugar, porque ela condicionou o uso dos dois fatores de produção mais importantes da época: a terra e o trabalho.

Como aponta DONGHI (1975), a riqueza do Brasil teve estreita ligação com a propriedade da terra. O período colonial e a grande demanda de escravos necessários à produção e cultivo do produto em uma região em que a oferta deste tipo de trabalho e de terras era alta, fizeram do país o maior produtor mundial de açúcar, com destaque para Bahia e Pernambuco inicialmente.

Nesse período, o Nordeste destacou-se na produção deste cultivo, sendo as regiões acima apontadas as mais expressivas no século XVI. Isso se deve ao fato das facilidades de clima, solo e localização de tais áreas, proporcionando a expansão da atividade a qual os portugueses já estavam habituados a desenvolver desde o século XV, bem como tinham conhecimento da produção e fabricação de equipamentos para tal. A atividade desenvolvida

nas colônias fez de Portugal um dos maiores produtores de cana da época colonial. Porém, como observou MARQUESE (2006), até os anos 1570 alguns problemas foram enfrentados em relação à captação de mão-de-obra e dificuldades no espaço do financiamento na construção dos engenhos. Assim,

“Ao serem superadas tais dificuldades, com atrelamento da produção brasileira aos centros mercantis do Norte da Europa e articulação do tráfico de escravos entre África e Brasil, tornou-se viável o arranque definitivo da indústria de açúcar escravista da América portuguesa, o que ocorreu entre 1580 e 1620, quando o crescimento acelerado da produção brasileira ultrapassou todas as outras regiões abastecedoras do mercado europeu.” (MARQUESE, 2006, p.111)

O impulso que o plantio da cana alcançou fora também possibilitado pela alta demanda de açúcar nos mercados europeus, pela disponibilidade de mão-de-obra escrava africana e pela sua inserção em um período mercantilista com vistas à comercialização internacional do produto, pertinentes em uma colônia de exploração de aspecto monopolista.

A caracterização da sociedade no início da atividade no Brasil pode ser realizada sob uma perspectiva histórica na qual se insere o aspecto escravista e relações de caráter patriarcal, ou seja, acumulação de poder no grupo da sociedade que era possuidor dos engenhos. Surge a figura dos senhores de engenho, os quais tinham total controle de suas terras, dando proteção às famílias que lhe serviam em troca de seu trabalho. Além dos senhores existia a classe de agricultores independentes, os quais podiam possuir a terra em que trabalhavam, mas que em muitos aspectos eram dependentes dos donos de engenho, por não possuírem os recursos necessários para desenvolvimento da atividade. Esta dependência trouxe a alta concentração de terras nas mãos dos últimos. A sociedade era ainda composta por colonizadores, como os comerciantes e os religiosos. O *plantation*¹¹ (baseado na monocultura em grandes extensões de terras e utilização da mão-de-obra escrava) proporcionou à classe dominante da época colonial alta rentabilidade.

O desenvolvimento da atividade voltada ao cultivo da cana-de-açúcar no Brasil sofreu alguns problemas na década de 1650, em função da concorrência das Antilhas. Após muitos acontecimentos,

“em que pesem a desorganização trazida pelas guerras do Atlântico Sul entre as décadas de 1620 e 1650, a elevada taxação pós-1650, a concorrência antilhana e a restrição do acesso a mercados europeus, os senhores de engenho luso-brasileiros conseguiram manter a produção de açúcar em patamares estáveis. Para tanto, foi vital a consolidação do sistema atlântico bipolar unindo a África aos portos brasileiros, assegurada pela reconquista da Angola em 1648” (MARQUESE, 2006, p. 113).

¹¹ Segundo Concise Oxford English Dictionary, *plantation* constitui uma grande propriedade, nas quais são cultivadas culturas como o café, tabaco e a cana-de-açúcar. Além de constituir uma colônia histórica.

A atividade desenvolveu-se e alcançou patamares produtivos que representam forte participação na produção mundial. Porém, os períodos que se seguiram demonstram muitas transformações em sua estrutura e conjuntura em termos de produtividade, aspectos sociais e territoriais, com os últimos interligando-se à alta concentração fundiária, devido a pouca incorporação da tecnologia ao cultivo.

Até o ano de 1822 o país esteve estritamente ligado a Portugal através dos aspectos coloniais. Durante o período a atividade voltada à produção de cana-de-açúcar desenvolveu-se de maneira a suprir as necessidades comerciais da metrópole. Após o período colonial, enraizado, o cultivo do produto passou a delinear muitos dos aspectos históricos do país. A produção de cana (com fortes características concentradoras) sofreu momentos de auge, mas também de decadência (como pode ser evidenciado por volta dos anos de 1760 a partir da ascensão do ciclo do ouro).

A implantação dos chamados engenhos centrais no país (na região Nordeste e Sudeste, com maior destaque para a última) constituiu ponto de caracterização da atividade canavieira. Foi decorrência de políticas imperiais voltadas ao setor açucareiro, existindo anteriormente à formação das usinas já na Primeira República¹².

Desta forma, GUEDES (2000) destaca a passagem da composição da atividade de um Complexo Rural para o Complexo Agroindustrial Canavieiro. Assim, “(...) a atividade canavieira no Brasil sofreu mudanças ainda no final do século XIX. Essas se caracterizam pela passagem da organização produtiva baseada no antigo engenho (...) para as usinas. Essa passagem foi mediada, contudo, pela experiência dos Engenhos Centrais” (GUEDES, 2000, p. 99/100).

Na segunda metade do século XIX os engenhos situados na região central do país foram beneficiados pela lei nº 2687 de 1875, a qual “tinha como objetivo desenvolver os engenhos centrais e, portanto, o governo imperial garantiria os juros para todas as companhias que construíssem engenhos centrais¹³, mediante o emprego de aparelhos e processos modernos e mais aperfeiçoados” (MEIRA, 2007, p. 39). Esta lei encontra-se destacada dentre as políticas praticadas ainda no período colonial para que os engenhos se expandissem. Neste contexto, bancos de crédito foram criados com a finalidade de sustentação da criação dos engenhos, bem como fornecimento de instrumentos que fossem capazes de sanar as

¹² Primeira República é o período que se estende da Proclamação da República (em 15 de Novembro de 1889) até a Revolução de 1930.

¹³ Segundo MEIRA (2007), os engenhos Centrais estavam inseridos em um sistema que era baseado na separação da produção agrícola da fábrica. Porém, houve falência da maioria destes engenhos centrais na província de São Paulo e na região Nordeste. Os mesmos foram de suma importância para criar as bases tecnológicas sob as quais as usinas seriam constituídas.

dificuldades enfrentadas pelo setor, como é o caso da crise financeira de 1875¹⁴. Desta forma, pode-se destacar que

“O projeto de engenho central defendia separar a fase industrial da agrícola na produção açucareira, como forma de implantação dos mecanismos técnicos que possibilitariam um menor custo na produção e o melhoramento na qualidade do açúcar. Assim, como muitos produtores de açúcar não tinham condições financeiras de montar a custosa estrutura dos engenhos centrais, as concessões seriam dadas às companhias” (MEIRA, 2007, p. 40).

O pensamento existente por trás dos engenhos centrais (considerados o setor industrial da atividade em si), como é mostrado por MEIRA (2007), era o de que tanto a lavoura quanto a fábrica seriam beneficiadas já que iriam atentar mais tempo e capital para desenvolver seu próprio setor.

GUEDES (2000) ressalta que foi com os engenhos centrais que a verticalização produtiva¹⁵, ou integração vertical, teve seu primeiro questionamento. Tais engenhos, segundo o autor, constituíram uma tentativa de superação de problemas, tais como a concorrência internacional das Antilhas, queda da participação brasileira no mercado mundial de açúcar e aparecimento do açúcar extraído da beterraba. Foi neste sentido que, como demonstrado, intentou-se o ganho da produtividade e competitividade separando a atividade agrícola da industrial.

Em termos regionais, o estabelecimento dos engenhos centrais fora representativo, uma vez que “(...) nesse período São Paulo estava praticamente voltado para o café, até porque a produção de açúcar na Província não supria seu próprio mercado interno” (MEIRA, 2007, p. 42). Assim, a autora citada aponta que no período de meados de 1886 a final de 1887, enquanto Pernambuco era grande exportador de açúcar no país, São Paulo importava quantidades expressivas de outras províncias. O aumento da produção paulista de açúcar foi iniciado com a criação de tais engenhos centrais (sendo isto visto como forma de superar a grande dependência da produção do café, dando andamento a uma diversificação na produção). A região Sudeste começou a ganhar destaque no cultivo da cana.

Muitos dos engenhos centrais foram à falência por conta da má organização e deficiência em planejamento, gastos excessivos com mão-de-obra e máquinas, baixo rendimento produtivo e deficiência nos meios de transporte. São exemplos de engenhos

¹⁴ “O ano de 1875, no Brasil, destaca-se por uma profunda crise financeira, produzindo a exacerbação das dificuldades enfrentadas pela produção açucareira. As demandas desse setor agrícola levaram à aprovação do decreto legislativo nº 2687, de 6 de Novembro de 1875, autorizando a fundação de bancos de crédito real e engenhos centrais” (MEIRA, 2007, p. 40).

¹⁵ A integração vertical na agroindústria canavieira, segundo GUEDES (2000), corresponde a uma forma de organização da atividade em que há união da atividade industrial e agrícola, ou seja, a usina produz em suas próprias terras, ou em terras de terceiros, tendo a matéria-prima necessária ao processamento na indústria.

centrais representativos na região Sudeste os de Porto Feliz, Piracicaba, Lorena e Capivari na região paulista, os quais acabaram sendo comprados principalmente pelo capital francês. A divisão entre indústria e agricultura mostrou-se menos lucrativa que a própria junção das duas etapas produtivas. Desta forma, conclui-se que

“No período subsequente, as usinas estrangeiras que mais se desenvolveram no Brasil foram esses antigos engenhos centrais comprados pelo capital francês. Em 1909, o lucro líquido dessas usinas se elevou a 1.674.331 francos (...)” (MEIRA, 2007, p. 51).

Houve desta forma, a passagem dos engenhos centrais (do período imperial) para as usinas (já no começo da Primeira República em 1889) – muito mais lucrativas e sem a divisão entre indústria e lavoura. GUEDES (2000) aponta que tanto os engenhos centrais da região Nordeste quanto Sudeste fracassaram também por conta da resistência por parte dos senhores de engenho em se tornarem apenas fornecedores de cana e devido a problemas gerenciais. Assim, no período de 1890 – 1930 as usinas, cuja produção integra a agricultura e indústria, se destacaram.

SZMRECSÁNYI e MOREIRA (1991) apresentam os condicionantes históricos sobre os acontecimentos de guerra influenciando a atividade canavieira como um todo no país. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) deixou marcas diferentes daquelas observadas ao término da Primeira Guerra, com forte influência nas questões externas, como transporte e exportação do produto. A chamada “guerra submarina” trouxe riscos às exportações de açúcar, os quais não foram observados nos anos de 1914-1918. “O volume das mesmas diminuiu de um total de 226,5 mil toneladas métricas (TM) entre 1935 e 1939, nos últimos anos da depressão antes da guerra, para 218,2 mil TM no quinquênio seguinte.” (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991, p. 58).

Os autores acima mencionados ainda apontam que a dependência do transporte marítimo para a atividade açucareira da época, tanto sua ligação externa, quanto para o fornecimento interno, trouxe dificuldades diante da deficiência de desenvolvimento de alternativos meios de transporte. Desta forma, a maior região produtora, o Nordeste, viu o seu principal produto (açúcar) acompanhar as dificuldades na forma de comercialização. No período, os principais centros consumidores situavam-se nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo. Desta forma, a guerra acarretou complicações na distribuição da mercadoria do Nordeste para a região Centro-Sul do país e “um dos primeiros e principais efeitos do conflito foi o de ter cortado o país em duas partes, com uma vendo-se repentinamente à frente de uma grande superprodução de açúcar, e a outra passando a sofrer uma crescente escassez do mesmo produto.” (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991, p. 59).

Por fim, as dificuldades surgidas na Segunda Guerra Mundial transformaram o território produtor nacional de cana-de-açúcar. Uma vez que a demanda dos centros não era atendida, observou-se um ponto de inflexão e mudança do eixo produtor de cana, o qual passou do Nordeste para a região Sudeste do país (que começou a aumentar sua produção devido a esses problemas de abastecimento). Desta forma, “(...) um dos produtos mais afetados pela guerra submarina foi precisamente o açúcar, cujo abastecimento interno dependia fundamentalmente da produção nordestina (...)” (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991, p. 58). A mudança de eixo produtor pode ser verificada na seguinte passagem:

“Essa demanda insatisfeita dos principais centros consumidores criou as condições necessárias para a expansão da produção de açúcar em regiões que anteriormente o importavam de outras, basicamente do Nordeste. E foi esta expansão dos anos da Segunda Guerra que deu origem à definitiva transferência do eixo da produção canavieira e açucareira para os Estados do Sudeste do Brasil, uma transferência que só chegou a se completar de fato na década de 1950, mas que já podia ser percebida ao término do conflito.” (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991, p. 59).

GUEDES (2000) ressaltou que no período de 1930-1945 surgia um novo ambiente institucional e intervencionista por parte do Estado. Para que questões como a estabilidade dos preços do açúcar e oferta do produto fossem resolvidas, criou-se o IAA (Instituto do Açúcar e Álcool) em 1933, cujo objetivo principal correspondia ao controle da produção de açúcar através de políticas públicas para o setor (refletiu importantes mudanças no ambiente institucional do setor agrícola canavieiro). Porém, cabe apontar que “(...) a ação do IAA foi marcadamente moldada pelos interesses do grande capital usineiro e que, portanto, suas tentativas de restringir a capacidade do mercado de definir o uso das terras foi, quando muito, decepcionante” (GUEDES, 2000, p. 105). Outro ponto analisado pelo autor citado é que o IAA, apesar de ser dotado de instrumentos poderosos, tais nunca se voltaram ao controle rígido sobre a utilização de terra e sobre a oferta de cana. Segundo GUEDES (2000), a única forma de controle teria sido através de regulações sobre tal mercado de terras. Assim,

“O resultado foi (...) que os usineiros, que eram também proprietários de terra, utilizavam o crescimento da área plantada em fato consumado para a revisão e ampliação de suas cotas de produção. Esse movimento reforçava a procura de terras, que fechava o ciclo de expansão dessa agroindústria. (...) esse padrão de crescimento, assentado fundamentalmente na expansão de ofertas de terras, gerou (...) uma baixa incorporação de progresso técnico e baixos rendimentos agrícolas e industriais.” (GUEDES, 2000, p. 107).

Os autores SZMRECSÁNYI e MOREIRA (1991) esclarecem ainda a participação do IAA nos acontecimentos do período que compreende esta mudança de eixo produtor. “(...) Esse órgão de regulação estatal, embora com atraso, fez o que pôde para lidar com os acontecimentos, mas foi literalmente avassalado por eles, tanto em relação ao açúcar quanto

ao álcool” (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991, p. 59). As tentativas do Instituto ocorreram no intuito de incentivar a produção de álcool no país¹⁶, e esta surtiu efeito, como pôde ser observado na ampliação da produção de álcool na década de 1930. Em 1941 o nível produzido já tinha dobrado, chegando a 77 milhões de litros, como é mostrado pelos dois autores acima citados. Os incentivos, porém, não lograram o efeito desejado, tendo ocorrido até mesmo a diminuição da produção de álcool no ano de 1943. Dentre os fatores que explicam tal redução está, segundo SZMRECSÁNYI e MOREIRA (1991), a pressão que a demanda interna do açúcar exercia em decorrência das dificuldades de transportes. Desta forma, “(...) o IAA não teve outra opção que a de começar a incentivar a produção de açúcar no Centro-Sul, particularmente nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, reduzindo com isto ao mesmo tempo o potencial da produção de álcool dos mesmos” (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991, p. 60).

O IAA esteve muito presente no andamento das questões referentes à produção de cana-de-açúcar do país, influenciando-a de forma representativa. Conforme SZMRECSÁNYI e MOREIRA (1991), no início de 1930 havia o direcionamento da proteção para a maior região produtora, o Nordeste. Já nos anos de 1945 e 1946, os grandes usineiros da região de São Paulo uniram forças para que a intervenção governamental na agroindústria açucareira acabasse. Fato que só ocorreu em 1990 com o fim do Instituto. Os autores afirmam que as pressões paulistas não surtiram efeito, uma vez que os outros estados produtores como os da região Nordeste e o Rio de Janeiro apoiavam as ações do IAA, já que estas lhes traziam benefícios, como o acesso ao mercado consumidor paulista.

O Instituto foi importante também para ajudar o aumento das quotas de produção de açúcar no país e para expandir significativamente a atividade através das usinas, em detrimento dos engenhos. “(...) um aumento pelo qual os usineiros de São Paulo tiveram incrementada a sua participação no mercado nacional de 17,6 para 22,2 por cento do total, enquanto que os de Pernambuco viam diminuída a sua de 37,7 para 28,9 por cento” (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991, p. 61). Cabe ressaltar que se observou uma forte concentração fundiária na atividade, vez que toda expansão era realizada através da incorporação de novas terras.

¹⁶ Alguns incentivos foram destacados por SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991. Eles correspondem ao adicionamento de álcool anidro (aditivo da gasolina) à gasolina importada, aumento direto da produção de álcool, bem como estabelecimento de incentivos de preços para o produto. Acreditava-se que a produção de cana excedente poderia converter-se em álcool, solucionando, segundo apontado por GUEDES (2000), os problemas de superprodução.

Segundo GUEDES (2000), a produção de açúcar em São Paulo sempre existiu, porém, seu crescimento fora possível também graças a algumas ocorrências, tais como: a expansão da demanda de mercado proporcionando que algumas unidades de produção fossem convertidas futuramente em usinas; presença de terras disponíveis resultantes da crise cafeeira, sendo que “a dificuldade de sustentação dos preços do café e as medidas governamentais de desestímulo ao plantio do café, incentivaram, em São Paulo, que os próprios cafeicultores diversificassem sua produção em direção à cana” (GUEDES, 2000, p. 102). O autor ainda aponta que a característica de integração vertical da atividade estava presente tanto no Sudeste, quanto no Nordeste. Essa característica manifesta-se através da produção extensiva, agregando-se terras, tendo forte concentração na propriedade fundiária, fato que viabilizou a instalação das usinas.

Observa-se que o ponto de inflexão produtiva corresponde ao destaque que a região Sudeste garantiu na produção, perdurando na atualidade. Estes fatos levaram à caracterização heterogeneia da produtividade entre as regiões do país. Durante os anos, as usinas se multiplicavam a atividade avança nas extensões do território, com fortes características de concentração fundiária. O crescimento da produção da região Sudeste (em especial em São Paulo) pode ser observado na tabela 8, a qual abrange o período de 1946 a 1987.

Tabela 8: Distribuição Regional da Produção Brasileira de cana-de-açúcar

Estados e Regiões	Anos-Safra 1946/470	Anos-Safra 1956/570	Anos-Safra 1966/670	Anos-Safra 1976/770	Anos-Safra 1986/87
Rio Grande do Norte	0,61	0,90	0,68	0,82	1,57
Paraíba	3,06	2,16	1,66	1,79	2,71
Pernambuco	30,43	28,98	19,98	18,03	11,32
Alagoas	10,37	8,73	9,49	16,48	13,28
Sergipe	3,69	2,270	1,100	0,930	0,93
Bahia	4,86	2,83	1,39	0,71	0,63
Outros	0,29	0,17	0,21	0,48	0,83
Total Norte/Nordeste	53,33	46,04	34,52	39,26	31,27
Minas Gerais	4,08	3,31	4,28	3,66	4,53
Rio de Janeiro	15,96	12,78	9,61	6,16	3,74
São Paulo	24,28	34,66	47,18	47,05	50,28
Paraná	0,95	2,42	2,77	2,61	4,79
Mato Grosso	0,25	0,13	0,07	0,09	2,18
Goiás	0,08	0,06	0,22	0,28	2,11
Outros	1,07	0,59	1,34	0,89	1,10
Total Centro-Sul	46,67	53,96	65,47	60,74	68,73
Brasil (1000 TM)	11.895	24.378	47.347	88.133	227.875
Fonte: SZMRECSÁNYI e MOREIRA (1991)					

Observou-se na década de 1950 uma expansão da atividade açucareira no país e, segundo SZMRECSÁNYI e MOREIRA (1991), esta foi em decorrência do grande aumento da demanda interna do produto. Neste avanço da indústria, os excedentes eram exportados e

os esforços para que isto ocorresse tiveram que ser cada vez maiores, uma vez que “em 1952 o IAA elevou o nível global da produção de açúcar para 36,7 milhões de sacos de 60 quilos (...)” (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991, p. 63). Ainda neste ano, as cotas de produção permitiram que o Estado de São Paulo pudesse aumentar sua capacidade instalada para abastecer o mercado interno e, no Nordeste, o excedente produzido seria destinado ao mercado externo.

No ano de 1960 destacou-se o *Plano de Expansão da Indústria Açucareira*, o qual incorporava as expectativas de crescimento para o setor de cana-de-açúcar. Os recursos para tal programa advinham, segundo SZMRECSÁNYI e MOREIRA (1991), dos programas de erradicação do cultivo do café na mesma época, o qual não proporcionava mais a lucratividade de outrora. Durante os anos desta mesma década, GUEDES (2000) assinala que a produção paulista logrou crescimento “(...) beneficiado pela abertura do mercado norte-americano de açúcar à produção brasileira e (...) pela política de erradicação do café, que liberava terras para o avanço da cana.

Como é demonstrado pelos autores SZMRECSÁNYI e MOREIRA (1991), após esta dimensão tomada pela agroindústria canavieira, em meados de 1960 houve uma crise de superprodução de cana no país, a qual influenciou a queda dos preços no mercado mundial no período, bem como da demanda e crise interna desencadeada com a ditadura militar. Houve crescimento dos estoques e somente “graças às reservas financeiras que haviam acumulado nos anos anteriores, a maioria dos usineiros conseguiu superar os piores efeitos da crise.” (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991, p. 67). Mas, neste período, o maior fortalecimento do setor fora beneficiado pelas políticas de incentivo às exportações.

A trajetória histórica vivida pelo Brasil desde que a cana-de-açúcar tornou-se um de seus principais cultivos interligou-se diretamente com a conjuntura pela qual o país passava no decorrer do tempo. No pós-guerra, as características de avanço que o país adquiria através da industrialização e modernização influenciaram o crescimento da demanda do mercado interno. Além do fornecimento a este mercado, o excedente criado auxiliou a posição de exportador de açúcar do país em 1950. Porém, em anos seguintes surgiram dificuldades referentes ao excesso de produção, o que fez o país colocar o seu produto a preços inferiores no mercado internacional. No período de 1968 a 1984, com a presença dos governos militares, pôde-se apontar uma política de grande incentivo às exportações, fazendo com que o açúcar do Brasil no mercado exterior crescesse 106%, segundo SZMRECSÁNYI e MOREIRA (1991), nos anos das safras de 1961/62 e 1971/72.

O processo de apoio governamental auxiliou a posição assumida pela região Sudeste (com destaque para São Paulo, caracterizada por possuir atualmente a maior infra-estrutura para o cultivo, bem como tecnologias, solos de qualidade e capital) do país em detrimento da região Nordeste, uma vez que a aprovação de financiamentos e aumento da capacidade instalada ocorria com vista à primeira região, transferindo direta e definitivamente o eixo produtor.

SZMRECSÁNYI e MOREIRA (1991) ressaltam que a agroindústria canavieira do país recebia apoio do governo em diversas situações, principalmente quando diz respeito à expansão da atividade. Foi desta forma que se destacaram três Programas de apoio para investimentos cruciais em começos de 1971. São eles: *Programa Nacional de Melhoramentos da Cana-de-açúcar* (Planalsucar – com o objetivo de desenvolvimento de novas variedades do produto através de experiências genéticas, envolvendo pesquisa agrônômica e obtendo resultados no início da década de 1980); *Programa de Racionalização da Indústria Açucareira* e o *Programa de Apoio à Indústria Açucareira* (os dois com objetivo de promoção do crescimento das regiões que proporcionassem maior produtividade, fato que trazia a concentração da atividade, acarretando maior apreciação dos programas por parte dos usineiros). Tais programas juntamente com as características de expansão tanto do mercado interno como do externo trouxeram alta rentabilidade ao setor nestes anos, sendo uma expressão da mesma a possibilidade de atender a demanda internacional através do crescimento intenso das exportações. Demonstra-se que “Em 1971, o Brasil conseguiu exportar nada menos que 1,2 milhão de TM de açúcar (20 milhões de sacos de 60 quilos), um volume equivalente a quase 6% do consumo mundial do produto, graças a uma conjuntura de decréscimo temporário das safras de Cuba e da Europa Oriental” (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991, p. 68).

Em seguida ao processo de forte expansão, a agroindústria passaria por momentos de dificuldade em 1975 após mudanças no cenário dos mercados internacionais, sendo o maior destaque dentro desta crise, novamente a situação de superprodução. Uma mudança de impacto fora o lançamento do programa *Proálcool* (Programa Nacional do Álcool – composto por duas fases frente aos dois choques do petróleo, sendo o segundo em 1979) em meio à conjuntura da Crise do Petróleo, tendo vistas à diminuição da dependência do petróleo externo e possibilidades de substituição da gasolina. Pode-se dizer que “(...) o Programa do Álcool fora formulado e estabelecido menos como uma solução para a “crise energética” do Brasil, do que como uma alternativa para a previsível capacidade ociosa da sua agroindústria canavieira” (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991, p.71). Assim, era desejável “substituir

parcialmente a importação do insumo petróleo e, ao mesmo tempo, garantir um mercado para o escoamento da produção excedente da agroindústria canavieira.” (GUEDES, 2000, p 118).

O *Proálcool* foi composto por duas fases: a primeira abrange o período de 1975 a 1980, permitindo, segundo GUEDES (2000) uma expansão moderada da agroindústria canavieira de maneira geral. A segunda fase (1980-1985) foi caracterizada por uma expansão acelerada. No segundo choque do petróleo foi lançada essa segunda parte do Proálcool, tendo por objetivo o aumento da produção de álcool do país e mais: passa-se a enfatizar a produção de álcool hidratado em vez do álcool anidro¹⁷, sendo que o primeiro substituiria a gasolina como combustível. Assim, como SZMRECSÁNYI e MOREIRA (1991) ressaltam, este programa necessitou de acordos com as indústrias automobilísticas para que fossem fabricados carros movidos a álcool. Houve desta forma, um grande avanço na produção de álcool do país.

Os resultados dos incentivos (tais como, créditos especiais para destilarias e construção de novas unidades de produção e juros subsidiados abaixo da inflação) durante o programa foram aumento na produção de álcool do país, com destaque à região de São Paulo (a qual se distanciou ainda mais do restante do país em volume de produção). O estado de São Paulo antes do Proálcool “(...) já era responsável por metade da produção brasileira de açúcar, após o início do programa passou a concentrar também dois terços da produção de álcool” (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991, p. 71/72). Pode ser verificado o aumento da produção de álcool anidro e hidratado na tabela 9.

¹⁷ Ambos são derivados da cana-de-açúcar, sendo o segundo (álcool hidratado) utilizado como o combustível dos veículos. Já o álcool anidro é adicionado à gasolina.

Tabela 9 – Produção brasileira de álcool (metros cúbicos)

Anos-Safra	Álcool Anidro	Álcool Hidratado	Total
1969/70	100.444	361.165	461.609
1970/71	252.397	384.841	637.238
1971/72	389.948	223.120	613.068
1972/73	388.891	292.081	680.972
1973/74	306.215	359.763	665.978
1974/75	216.528	408.457	624.985
1975/76	232.621	323.006	555.627
1976/77	300.340	363.682	664.022
1977/78	1.176.948	293.456	1.470.404
1978/79	2.095.597	395.006	2.490.603
1979/80	2.713.360	683.095	3.390.455
1980/81	2.104.027	1.602.348	3.706.375
1981/82	1.453.098	2.787.025	4.240.123
1982/83	3.549.705	2.273.634	5.823.339
1983/84	2.469.443	5.394.768	7.864.211
1984/85	2.102.585	7.148.967	9.251.552
1985/86	3.201.271	8.619.169	11.820.440
1986/87	2.168.301	8.369.083	10.537.384
1987/88	1.982.715	9.475.892	11.458.607
1988/89	1.726.283	9.996.655	11.722.938

Fonte: SZMERCSÁNNYI e MOREIRA (1991)

Apesar do destaque dado ao álcool, a produção de açúcar não fora interrompida. Tal programa, segundo informações oferecidas no site da UNICA¹⁸ (União da Indústria de Cana-de-açúcar), foi importante no sentido de diversificar a atuação da indústria de cana para que houvesse a diminuição da vulnerabilidade energética do país, sendo isto auxiliado por investimentos que receberam apoio de instituições como o Banco Mundial. Com forma de ilustrar o desempenho da agroindústria canavieira no período do programa *Proálcool* apresenta-se a tabela 10, a qual apresenta o crescimento para a agroindústria promovido pelo programa, mas que, segundo GUEDES (2000), demonstra a forte presença da apropriação fundiária.

Tabela 10 – Evolução da área de cana-de-açúcar nas regiões do Brasil (em mil Ha)

Região/Safras	1972/1973	1975/1976	1980/1981	1983/1984
Centro-Sul	937,9	1.121,90	1.711,60	2.533,30
Norte-Nordeste	603,1	810,6	964	1.187,00
Brasil	1.541,00	1.932,50	2.675,00	3.720,30

Fonte: GUEDES (2000)

¹⁸ A União da Indústria de Cana-de-açúcar compreende a maior organização que representa o setor de açúcar e bioetanol no país. Foi formada em 1997 após a fusão de organizações setoriais do Estado de São Paulo. A UNICA possui 146 companhias associadas a ela, sendo as mesmas responsáveis por produzir 50% do etanol e 60% do açúcar de todo o país. Para maiores informações acessar: www.unica.com.br

No período que abrange a segunda metade dos anos oitenta, a ação do estado regulamentador como um todo é diminuída, não somente na agroindústria canavieira. Já em 1983 houve segundo GUEDES (2000), crise de abastecimento e redução da demanda por automóveis movidos a álcool (perda da atratividade de consumo). O programa foi se tornando fraco também com a queda dos preços internacionais do petróleo.

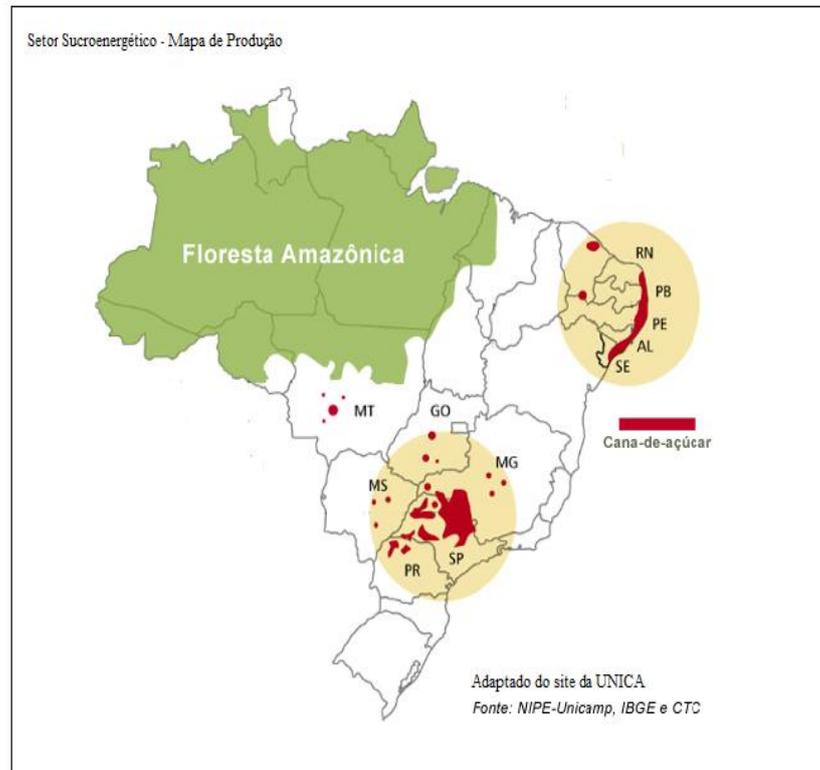
Desta forma, sob características iniciais marcadamente coloniais começou o desenvolvimento da atividade canavieira no Brasil. Esta vivenciou mudança de seu eixo produtor da região Nordeste para a região Sudeste (hoje a maior produtora de cana nacional), passagem dos antigos engenhos para as usinas, permanecendo, porém o seu caráter incorporador de terras. Teve a participação importante do Estado materializada nas figuras do IAA e de programas como o *Proálcool*.

Como apontam CUENCA e NAZÁRIO (2005) em relatório da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a cana-de-açúcar é uma cultura que possui vários impactos para a sociedade, gera empregos diretos e indiretos, tem importância econômica e social. Sobre a situação do cultivo no período de 1961 a 2003, foi possível identificar um aumento da área cultivada em 32% nos principais países produtores, incluindo o Brasil (o maior produtor, com 29% da safra de 2002/2003 em comparação aos outros países, como Índia e China).

A análise participativa na produção mundial demonstra que “(...) entre 1961 a 2003, (...) o Brasil foi o único país, no continente americano, que teve a participação aumentada, passando de 6,8% em 1961, para 17% em 2003. O país produzia 3,6 milhões de toneladas métricas de açúcar em 1961 e 24,8 milhões em 2003” (CUENCA e NAZÁRIO, 2005, p. 10).

A visualização do setor sucroenergético brasileiro pode ser realizada no mapa 4, o qual foi elaborado pela União da Indústria de Açúcar (UNICA), sendo neste trabalho adaptado. Revela-se uma forte concentração da atividade canavieira na região Centro-Sul e Nordeste do país.

Mapa 4 – Localização da região açucareira no Brasil



Dados elaborados pela UNICA para a produção de açúcar por região mostram que a região Centro-Sul do país apresenta a maior participação no total que é produzido ao longo de muitos anos. Análise recente aponta que no período de 2008/2009, a produção do Centro-Sul atingiu 26.749.819 toneladas, enquanto que o eixo Norte-Nordeste apresentou produção de 4.299.387 toneladas. A exportação de açúcar refinado bruto do Brasil totalizou mais de 19 milhões de toneladas no ano de 2008 e a de etanol, mais de 3 milhões de litros no mesmo ano.

Desta forma, demonstra-se que a formulação histórica do maior produtor de cana-de-açúcar do mundo e maior exportado de seus derivados (como é o caso do próprio açúcar e também do etanol) refletiu-se na atual estrutura organizacional da atividade, a qual se apresenta de maneira concentrada e heterogênea em termos regionais, crescendo através, principalmente, da incorporação de novas terras, as quais se encontram disponíveis em abundância, relativamente a outros países produtores.

1.4 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

O corte agrícola caracterizado historicamente demonstra que a atividade canieira apresenta forte impacto econômico e social nos países da América Latina. O estudo de caso

destes três países demonstrou que a atual situação da agroindústria de cana-de-açúcar passou por evoluções e transformações, principalmente em termos produtivos.

A Argentina vivenciou influências importantes do Estado através da proteção, possuindo alta concentração do cultivo na principal região produtora (Tucumán). O desenvolvimento da atividade teve sua produção voltada, primeiramente, ao mercado interno. Momentos políticos na história da nação afetaram a trajetória da agroindústria açucareira. Um deles foi a mudança do tratamento do governo para a atividade desenvolvida no interior, em benefício dos grandes centros e do litoral, fato que modificou a visão prioritária da região de Tucumán na atividade, ressaltando os outros estados produtores, tais como Salta e Jujuy.

O México vivenciou diversos momentos em sua trajetória produtiva, sendo a atual mais representativa a passagem dos engenhos administrados pelo Estado para a iniciativa privada na década de 1980. Os acontecimentos políticos estiveram presentes no delineamento do setor, com destaque ao período de Porfirio Díaz (durante o qual se destacam as *haciendas*) e de Cárdenas (formando um rompimento com o modelo de organização agrária que era vigente, bem como apresentando formação de cooperativas produtoras). As reformas cardenistas foram muito mais além de seu significado agrário, representaram, com os *ejidos*, mudanças de caráter social e político. O seu maior Estado produtor é Veracruz e o país ocupa o segundo lugar na produção total de cana-de-açúcar da América latina no período que compreende os anos de 1995 a 2009.

O Brasil, maior produtor mundial de cana-de-açúcar, está presente no ramo desde o período colonial. Suas grandes extensões de terra, clima e acesso à mão-de-obra facilitaram a expansão produtiva. É importante destacar a mudança de eixo de produção, a passagem dos engenhos para as usinas e a heterogeneidade entre as regiões produtoras como forma de apontar a atual situação da região Sudeste com ênfase mundial. Esteve presente em seu contexto estrutural a concentração fundiária – intensificada pela baixa incorporação de tecnologia, intervenção estatal e integração vertical, sendo que a última ainda perdura no que diz respeito à qualificação da produção atual. A presença do Estado favoreceu a atividade com os Institutos (Exemplo: IAA) e planos (Exemplo: Proálcool), os quais viabilizaram o crescimento da agroindústria canavieira, sua modernização e legitimação.

CAPÍTULO 2 – DESREGULAMENTAÇÃO E NOVA DINÂMICA DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NA AMÉRICA LATINA (PÓS-1990)

INTRODUÇÃO

Após analisar a constituição e evolução históricas da atividade canavieira nos três países selecionados no trabalho (Argentina México e Brasil), este segundo capítulo irá enfatizar seu passado recente, centrado no processo de abertura econômica e comercial destes países e seus desdobramentos sobre a atividade canavieira.

As mudanças ocorridas no âmbito internacional e as transformações nas políticas econômicas na América Latina nos anos de 1990 influenciaram os setores dessas economias de maneira significativa. A abordagem neoliberal formou-se hegemônica no período em que os países latino-americanos encontravam-se em profunda crise de endividamento, vivenciando dificuldades referentes à forte instabilidade econômica e aos problemas relacionados à inflação. Diante deste cenário, surge como característica primordial das políticas liberais a desregulamentação econômica, privatizações e mudanças no papel do Estado. Nestes termos, este capítulo tem o intuito de realizar uma breve análise de tais transformações econômicas e seus impactos no período estudado para agroindústria canavieira. Ele avança também para o período recente, analisando-o a partir de indicadores construídos para permitir uma melhor comparação entre os países.

2.1 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NA AMÉRICA LATINA NOS ANOS DE 1990

Os anos de 1990 marcaram profundas transformações na América Latina a partir da aplicação de princípios denominados liberais, os quais acompanharam as mudanças ocorridas no âmbito mundial, ressaltando entre elas o processo de globalização e a contínua necessidade de integração dos países no sistema econômico internacional.

Segundo PIRES (2000), “a retomada do ideário liberal orientou, em termos concretos, três ordens de transformações de caráter estrutural: a) o processo de reestruturação produtiva; b) o processo de abertura econômica e; c) o processo de reforma do Estado.” (PIRES, 2000, p.294). Cabe salientar que todas estas trajetórias afetaram de maneira significativa a composição dos setores das economias latino-americanas.

O ambiente econômico desses países no momento da implantação dos conceitos neoliberais (apresentados, por exemplo, pelo Fundo Monetário Internacional - FMI) caracterizava-se por instabilidade e agravamento de problemas relacionados à inflação. Assim, as reformas a partir de tais conceitos, significaram privatizações de empresas estatais e

desregulamentação da economia, sendo atribuído ao Estado um papel secundário vinculado a políticas sociais compensatórias. Porém, observou-se que a efeitos da estabilização econômica, com a tónica sobre políticas recessivas, produziu, ao contrário do discurso neoliberal, uma piora nos indicadores sociais, como dá mostra o aumento do desemprego e do trabalho informal nas economias latino-americanas.

PIRES (2000) aponta que o ajuste seguido pelos países da América Latina na década de 1990 foi muito semelhante, pois “baseou-se fundamentalmente ao atrelamento da moeda nacional ao dólar (...), liberalização de importações, acompanhada, com maior ou menor intensidade, de políticas fiscais e monetárias restritivas e de maiores facilidades aos fluxos de capitais externos” (PIRES, 2000, p. 297).

Desta forma, o processo de abertura comercial teve o intuito de aumentar a competitividade nacional, bem como a produtividade, tendo impactos no crescimento da economia. O modelo anterior de industrialização com forte participação Estatal fora substituído por um processo intenso de privatizações e exposição da necessidade de redução dos gastos públicos como forma de obter melhorias nas contas do governo e direcionamento das políticas para o social.

As reformas neoliberais e sua adoção pelos países não proporcionaram a retomada do crescimento almejado, nem mesmo pode-se dizer que lograram melhorias no âmbito social. Mas, pode-se presenciar o impacto que tiveram na composição produtiva e do mercado de trabalho.

Dentre os países aqui analisados, o México iniciou primeiramente suas reformas (em meados de 1980). Brasil e Argentina, apenas no início da década de 1990 (período de intensificação da aplicação dos conceitos neoliberais na América Latina). Porém, ambos os países vivenciaram as mudanças internacionais diante do processo de globalização mundial.

Destaca-se de maneira fundamental apontar a origem das discussões sobre reformas propostas pelo Banco Mundial, FMI e EUA a serem adotadas pelos países da América Latina através de diretrizes e convenções estabelecidas pelo Consenso de Washington em 1989. Tal Consenso apoiou-se em reparações de políticas a serem adotadas pelos países em desenvolvimento a fim de que os mesmos superassem os problemas relacionados à instabilidade, aumento do endividamento e dificuldades de crescimento. Existe uma grande discussão a respeito das características de tais reformas entre os autores que abordam o assunto, porém, há concordância entre alguns pontos que podem representar o seu conteúdo, tais como: Estabelecimento de disciplina fiscal do Estado; reorientação dos gastos públicos como forma de situar prioridades para o governo em áreas como a social; reforma tributária;

liberalização financeira; unificação da taxa de câmbio e sua fixação com garantia da competitividade; abertura comercial e extinção de barreiras ao Investimento Externo Direto; privatizações; desregulamentação para abrir espaço a novas firmas e existência de Direitos de Propriedade estabelecidos.

No estágio de liberalização, o Estado fora visto como ineficiente na ação macroeconômica. O apoio dos Organismos Internacionais foi tido como a solução dos problemas que o Estado não tinha competência para enfrentar. Porém, várias foram as conseqüências deste processo. Por um lado, a ineficiência do discurso liberalizante na prática referente a assuntos sociais, de outro, a necessidade de intervenção em tais fatores que só o próprio Estado pode fornecer, já que é fato que as forças do mercado atuando por si só não conduzem a um ótimo social.

2.2 DESREGULAMENTAÇÃO NA ARGENTINA E AS TENDÊNCIAS RECENTES DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

A Argentina, inserida no contexto econômico liberalizante, vivenciou uma crise que se estendeu de 1991 a 2000. O cenário que se instalou na América Latina e, portanto, na Argentina é analisado por OLIVEIRA (2003) à luz dos acontecimentos mundiais, como os movimentos de aumento da taxa de juros internacional em meio à segunda crise do petróleo (1979), a adoção de políticas monetárias de caráter restritivo por parte dos países desenvolvidos, o que impactou os países latino-americanos através da chamada “crise da dívida” nos anos 1980.

Neste contexto, o ajuste elegia a centralidade do mercado, que passou a ser a fonte de regulação econômica em substituição do Estado, tendo esta mudança forte relação com as políticas sugeridas, como se viu, pelo Consenso de Washington.

Destacando os acontecimentos na Argentina, no que se refere ao ajuste ortodoxo, observou-se o modelo baseado no *currency board* (conselho da moeda), implementado em 1991. Segundo OLIVEIRA (2003), tal modelo consistiu no estabelecimento de uma âncora cambial com paridade da moeda nacional com a de outro país, acarretando a conversibilidade plena em moeda estrangeira (a qual deveria ser garantida através de um lastro de reservas em moeda forte, ou seja, dólar). Deste modo, acreditava-se que seria atingido o objetivo da eliminação da crise monetária e do problema da inflação que assolava o país nos anos de 1980.

Uma nova característica estrutural era atingida pela Argentina com a adoção do modelo *currency board*. Surgia um novo nível de preços relativos na economia, assim como

desequilíbrios no balanço de pagamentos por conta do saldo negativo em conta corrente advindo do aumento das importações.

“Disso se conclui que a adoção do regime de *currency board* implica assumir condicionalidades indispensáveis à sua sustentação, pois o desequilíbrio em conta corrente do Balanço de Pagamentos do país impõe a necessidade de abertura de sua conta-capital e financeira, de modo a equilibrar o seu Balanço de Pagamentos sem perda de reservas internacionais. Tal abertura, no entanto, atua no sentido de tornar o país cada vez mais dependente do humor do capital internacional, pois qualquer reversão do nível de liquidez externa exerce impacto negativo sobre a economia (...)” (OLIVEIRA, 2003, p. 44).

Com a crise mexicana em 1994, conclui-se que, estando diante de mercados altamente globalizados e interligados, a entrada de recursos externos na Argentina tornou-se prejudicada (em parte por conta do ambiente de instabilidade generalizado aos países da América Latina), acarretando efeitos negativos para o modelo argentino, o qual era muito dependente da liquidez internacional. O ambiente que se instaurou repercutiu no grau de incerteza da economia e o país passou a necessitar da ajuda de instituições de crédito.

De acordo com OLIVEIRA (2003), os problemas surgiram em decorrência da dificuldade de sustentar um ambiente econômico em que o câmbio era fixo e havia alta mobilidade de capitais, onde a sustentação deste sistema não poderia ocorrer a qualquer custo devido a fortes reações democráticas. Assim, a reforma não logrou crescimento contínuo e sua sustentação estava longe de ser atingida. Ainda, os movimentos econômicos de cunho liberalizante repercutiram no andamento das atividades agropecuárias, como é o caso da agroindústria canavieira

CHAVES (2009) mostrou que, dentro de uma periodização do processo de produção da agroindústria açucareira em Tucumán, houve um primeiro momento de instalação da atividade, datando de fins do século XIX e que se estende até início dos anos de 1990, sendo que a caracterização deste período corresponde à forte intervenção estatal de cunho protecionista, a qual regulou a atividade. Já a partir de 1991 houve “diversas transformações (...) que vão desde a destituição de órgãos reguladores, modernização dos processos produtivos, intensificação da problemática da terra, à internacionalização dos processos produtivos.” (CHAVES, 2009, p.20). Dentro deste último período houve desregulação da atividade açucareira juntamente com outras no país. Cabe ressaltar que, no que diz respeito à problemática da terra ocorreu sua maior concentração na atividade canavieira. Ainda, houve formação de grandes grupos industriais neste segundo período e, com a liberalização da economia e, conseqüentemente, da atividade, pequenos produtores que não tinham condições competitivas tiveram suas terras incorporadas pelos grupos industriais.

Como aponta CHAVES (2009), no governo de Carlos Ménen iniciou-se o processo de desregulamentação da economia, bem como sua liberalização através de um decreto. Desta forma,

“O Decreto 2284 datado de 31 de outubro de 1991, apontava para um novo regime de acumulação no país que priorizava a integração da Argentina à economia mundial, dentro de uma tendência geral à reestruturação do sistema capitalista imposta pelos processos de globalização e abertura dos mercados mundiais” (CHAVES, 2009, p. 25).

O Decreto 2284/1991, no que diz respeito à agroindústria canavieira, estabelecia que a atividade devesse ser desregulamentada a fim de que houvesse superação da crise que o setor atravessava. CHAVES (2009) ressalva ainda que na década de 1990 foram destituídos organismos com fins regulatórios, como a Direção Nacional do Açúcar. Este processo deu início à internacionalização do setor agropecuário do país, tendo como consequência sua inserção no âmbito internacional.

As consequências para a agroindústria canavieira em decorrência do Decreto foram:

“liberalização da produção de cana-de-açúcar para todo o território argentino; fim dos benefícios fiscais de qualquer gênero, deixando sem efeito a redução de imposto gradativa sobre terras de baixa produtividade (...); desregulação do comércio exterior retirando a taxa sobre exportações, de modo a favorecê-las; manutenção do decreto 1979/85, conhecido como decreto de maquilas, que de alguma maneira regula a compra e venda de cana-de-açúcar, impondo um preço mínimo que deve ser pago pela matéria-prima, através da entrega de parte do açúcar obtido ao final do processo industrial e, por fim, a destituição da Direção Nacional do Açúcar” (CHAVES, 2009, p.26).

Assim, pôde-se observar que as tendências liberalizantes na Argentina trouxeram um intenso processo de abertura econômica e ao capital estrangeiro, desregulamentação das atividades, inclusive a agropecuária e privatizações. CHAVES (2009) observa que uma transformação de grande relevância para o setor agroindustrial canavieiro foi a sua rápida modernização e a concentração de terras. Como já apontado, terras de produtores menores foram incorporadas pelos produtores que tinham maior capacidade competitiva. A mecanização trouxe a diminuição do número de trabalhadores rurais nas colheitas. Pode-se avaliar também que “os engenhos menores ou em situação de quebra, terminaram por encerrar as atividades ou ser vendidos, resultando na oligopolização do setor, algo que concentra capitais e terras nas mãos de industriais de maior porte” (CHAVES, 2009, p. 27). Houve, igualmente, a formação de grupos industriais através do movimento de fusões de empresas do setor. “Ao final, apenas sete grupos terminaram sendo donos de mais de 90% da produção açucareira em todo o país” (CHAVES, 2009, p. 27).

Outros pontos de destaque abordados por CHAVES (2009) compreendem as consequências diretas da liberalização econômica para as cooperativas e pequenos produtores. As primeiras foram fechadas e os últimos, sem a capacidade de competição, venderam ou arrendaram suas terras (sendo esta uma prática que se tornou comum após o movimento liberalizante). A tabela 11 mostra a produção de açúcar em milhares de toneladas na região de Tucumán no período entre 1980 a 1994, o qual abrange o momento de abertura comercial. Observa-se que após 1990 a produção de Tucumán não apresentou fortes elevações, tendo até mesmo sofrido quedas e, em comparação com os anos de 1980, houve queda no total produzido.

Tabela 11 – Produção de açúcar em Tucumán (milhares de toneladas)

Ano	Tucumán
1980	961.40
1981	896.80
1982	929.00
1983	932.70
1984	845.70
1985	624.90
1986	596.50
1987	550.60
1988	660.10
1989	413.80
1990	611.30
1991	877.20
1992	756.50
1993	560.60
1994	640.40

Fonte: MORENO¹⁹

2.2.1 Análise recente sobre Tucumán, Salta e Jujuy.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento produtivo da Argentina, a superfície plantada de cana-de-açúcar por Tucumán apresentou elevação de 2003 para 2009. Este e outros dados podem ser observados na tabela 12, diante da qual a cana moída é medida em toneladas, bem como a produção de açúcar.

¹⁹ Tabela adaptada do artigo publicado no site www.eumed.net/cursecon/ecolat/ar/CM-azucar.PDF, cujo autor é Cesar Gabriel Moreno (Universidade Nacional de Salta).

Tabela 12 – Informações sobre a produção de Tucumán (2003-2009)

SAFRA	SUPERFÍCIE PLANTADA (Ha)	RENDIMENTO MÉDIO	CANA MOÍDA	PRODUÇÃO DE AÇÚCAR	RENDIMENTO MÉDIO FABRIL
2003	188.920	51.16	10.568.847	1.094.736	10.36
2004	200.530	52.17	10.518.534	1.030.352	9.80
2005	193.120	63.00	11.450.965	1.267.288	11.07
2006	203.170	69.00	13.602.593	1.525.190	11.21
2007	217.060	61,39	13.324.735	1.279.133	9,6
2008	219.130	64,52	13.597.749	1.409.499	10,37
2009	226.140	59.84	13.531.645	1.365.343	10.09

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Produtivo (2009) ²⁰

Houve, segundo a tabela 12, tendência de aumento da produção de cana e de açúcar na província. Observa-se também que o rendimento médio agrícola sofreu variações pouco representativas, bem como o rendimento médio da indústria.

Em Salta, a maior parte do cultivo de cana-de-açúcar volta-se para a produção do açúcar e em menor proporção para outros subprodutos, como o álcool. A este produto, destinam-se cerca de 20.000 hectares do território da província. Segundo o governo a atividade tem recebido constante apoio institucional, havendo um esforço conjunto com as outras províncias do Noroeste argentino.

Em Jujuy, o cultivo da cana-de-açúcar também é o mais importante para a sua economia. A província encontra-se atrás de Tucumán em termos produtivos, representando 23% da produção total do país em 2007. A superfície que se volta ao cultivo da cana corresponde a aproximadamente 75.000 hectares. Há grande destaque para a usina de *Ledesma* e de todo o açúcar produzido a maior parte destina-se ao mercado interno de consumo.

Em termos comparativos, podemos observar que a produção recente do país está ainda concentrada em Tucumán, seguida das duas províncias mais importantes, Salta e Jujuy, de acordo com a tabela 13 abaixo.

²⁰ www.producciontucuman.gov.ar/Documentos

Tabela 13 – Distribuição da produção de cana-de-açúcar na Argentina (2007)

PROVÍNCIA	PRODUÇÃO %
TUCUMÁN	64
JUJUY	23
SALTA	12
RESTO DO PAÍS	1

Fonte: CHAVES (2009)

Segundo CHAVES (2009), uma análise do atual estágio de produção da região do noroeste argentino revela que 90% da área de cana-de-açúcar plantada encontram-se sobre as províncias de Tucumán, Salta e Jujuy. O autor aponta ainda que as atuais diferenças entre as províncias assinalam divergências em termos de produtividade. Em Tucumán há forte presença de produtores independentes, enquanto que nas províncias de Salta e Jujuy, a produção é integrada aos engenhos e caracterizada pelo latifúndio. No contexto atual de produção, apesar de a maioria dos engenhos concentrarem-se na região tucumana, ainda a maior produtora de cana na Argentina,

“Estas diferenças acabam por contrastar quanto ao nível tecnológico dos processos produtivos, tais como maquinaria, irrigação, melhoramento genético e colheita. As lavouras jujenhas e saltenhas apresentam nível de tecnificação superior às tucumanas, o que agrega maior produtividade às safras destas províncias” (CHAVES, 2009, p.16).

O Autor ressalva que a atividade em Tucumán tem possibilidades para se estender por mais de 100 mil hectares. Segundo dados fornecidos por ele, a produção de açúcar referente à safra de 2008 atingiu na província de Tucumán o valor total em quilogramas de 1.409.589.028, considerando os seus quinze engenhos. Já a produção de Salta e Jujuy (representadas pela região Norte) atingiu neste mesmo ano o valor de produção de açúcar equivalente a 866.934.719 em quilogramas, contando com apenas cinco engenhos. Fato que demonstra alta produtividade das últimas províncias.

Desta forma, observa-se o avanço da produção açucareira do país na região de Tucumán, ao Norte (Salta e Jujuy) e em termos totais. CHAVES (2009) aponta que a produção só não foi maior em 2007 porque houve um intenso inverno neste ano. Nos cinco anos analisados nota-se aumento no total da produção.

Tabela 14 – Evolução da safra açucareira argentina entre 2004 – 2008 (Kg)

	2004	2005	2006	2007	2008
TOTAL TUCUMÁN	1.030.352.341	1.267.288.049	1.525.190.068	1.279.131.706	1.409.589.028
TOTAL SALTA/ JUJUY	672.309.883	750.896.410	776.121.704	734.461.700	866.934.719
TOTAL LITORAL	13.941.000	12.468.498	11.109.595	34.167.985	10.166.498
TOTAL PAÍS	1.716.603.224	2.030.652.957	2.312.421.367	2.047.761.391	2.286.690.245

Fonte: CHAVES (2009)

Podemos inferir destes dados que a agroindústria canavieira argentina avançou com o passar dos anos. A análise recente revelou que houve evolução da superfície plantada com cana nas principais regiões produtoras, aumento do rendimento produtivo, do total de cana moída e da produção de açúcar. Todas estas informações colocam a Argentina na quarta posição dentre os países latino-americanos produtores de cana-de-açúcar.

2.3 DESREGULAMENTAÇÃO NO MÉXICO E AS TENDÊNCIAS RECENTES DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

A crise da dívida externa no México iniciou-se no ano de 1980 desencadeando uma série de planos econômicos no país. Em 1990 ocorreu a adoção do ajuste liberal, o que trouxe conseqüências em anos subseqüentes, como fora o caso da crise mexicana iniciada em 1994.

“O México apresentou na década de 1970 um crescimento econômico considerável, entretanto o desequilíbrio externo das contas públicas e aumento da dívida externa contribuíram para que o início da década de 80 fosse marcado pela instabilidade e posteriormente pela crise e estagnação” (FREITAS, 2008, p. 46/47).

Diante deste cenário, entram em cena acordos com o FMI, inserindo o México na economia internacional. Durante o período de 1980, os desequilíbrios externos estiveram associados ao câmbio valorizado (e conseqüente importação de bens de capital para a indústria) e as conseqüências de alta dos juros internacionais resultando em agravamento da dívida externa. Em 1982 o país sofreu forte abalo e vivenciou moratória, afetando o poder de empréstimos dos outros países da América Latina frente á comunidade internacional. “Após a crise, o México entra em período de recessão. A política econômica orientou-se por medidas

ortodoxas que visavam conter os gastos públicos e combater inflação que crescia rapidamente” (FREITAS, 2008, p. 49).

FREITAS (2008) aponta que várias foram as transformações vivenciadas pelo país. Houve um maior estreitamento das relações com os Estados Unidos em termos de investimentos e comércio; houve importante influência para os problemas econômicos enfrentados como consequência do terremoto que assolou o país em 1985 e, em 1988 Salinas de Gortari assume a presidência em eleições que foram consideradas suspeitas (contra o rival opositor Cárdenas). Assim, o novo “governo (...) realizou todo o processo de negociações com os EUA para a entrada do México no NAFTA²¹ e acentuou o processo de privatizações das empresas estatais (...)” (FREITAS, 2008, p. 50). Neste período também houve negociações da dívida mexicana e melhorias para algumas variáveis financeiras com a abertura comercial.

Como algumas características destacadas por FREITAS (2008) a respeito do NAFTA pode-se apontar a eliminação de barreiras não tarifárias e tarifas de importação entre os países membros, assim como a existência de uma assimetria muito grande entre eles em termos, por exemplo, de produtividade. As políticas do país voltaram-se para o mercado e houve grande influência do Consenso de Washington a partir da desregulamentação, liberalização e orientação para o mercado mundial de exportação. Outro processo que o autor destaca ter ocorrido no período corresponde à liberalização financeira juntamente com a abertura econômica, fato que levou o país a enfrentar uma crise cambial em 1994.

Até o período em que os conceitos neoliberais de diminuição da ação do governo, abertura comercial e crescimento orientado para o mercado, o México vivenciou ativo apoio estatal “(...) através de subsídios, proteção tarifária e controle do sistema de distribuição dos produtos básicos para a população. Porém, desde os anos oitenta, a política passou a se caracterizar por menor intervenção” (BANKO, 2005, p. 49).

A partir dos anos oitenta, a política intervencionista do Estado inverte-se em redução de gastos, privatização e desregulamentação da economia, com fortes tendências à adoção de medidas voltadas às forças do mercado (liberalização), a fim de diminuir as despesas públicas e provocar mudanças estruturais.

Problemas referentes principalmente à fragilidade tecnológica, com “(...) um declínio da produção de açúcar a uma média de 60% da capacidade dos moinhos” (SINGELMANN,

²¹ Tratado de Livre comércio da América do Norte firmado entre Estados Unidos, Canadá e México. O acordo entrou em vigor em primeiro de Dezembro de 1994 e visava estabelecer uma área de livre comércio entre as regiões por um período de quinze anos.

1993, p.71) contribuíram para uma crise que se iniciava em 1975, com a queda da produção e exportação. Desta forma, desde a década de oitenta, a indústria açucareira mexicana passou por grandes transformações. A principal delas correspondeu à transferência de tal indústria do Estado para a iniciativa privada, tendo isso impactado no processo de produção e do comércio.

A intensa ação do governo acarretou dificuldades relacionadas ao excesso de gastos através de subsídios e fornecimento de créditos, desequilibrando as finanças públicas. Assim, em 1988, o Estado começou a repassar parte da atividade à iniciativa privada por meio de licitações. Ao longo do tempo, praticamente todos os engenhos foram adquiridos por um total de 15 companhias que possuíam a cana como insumo para suas atividades. Havendo destaque para a Financeira Nacional Açucareira, a qual era designada como sendo o banco responsável por realizar a valoração dos engenhos neste processo de privatização.

Neste processo de privatização, BANKO (2005) revela que houve a formação de oligopólios, em decorrência da grande capacidade financeira dos grupos instaurados e de sua ligação com outras indústrias que tinham como matéria-prima grande quantidade de açúcar. Assim, no processo de privatização

“participaram várias corporações, algumas relacionadas com capitais estrangeiros. Em 1988 havia 65 engenhos em operação: 49 do Estado, 14 privados e 2 cooperativas. Quatro anos mais tarde, restaram 58 engenhos, dos quais já nenhum pertencia ao setor público, 55 eram privados e 3 correspondiam a organizações sindicais” (BANKO, 2005, p. 49).

O ano auge da privatização fora 1989 (com o intuito de garantia de entrada de capital e diminuição da necessidade de utilização dos subsídios governamentais), período que também marcou a crise na indústria açucareira do país. Segundo GIRÓN e JIMENEZ (2005), de 1989 a 1994 a grande entrada de açúcar estrangeiro (provenientes, inicialmente dos EUA) no país trouxe problemas devido à falta de estrutura no que diz respeito ao armazenamento, distribuição e controle da oferta. Houve aumento representativo dos custos de produção e o pagamento dos empréstimos recebidos ficou prejudicado, trazendo insolvência e necessidade de fechamento de alguns postos de trabalho. A recuperação só veio em anos seguintes, através da liberação dos preços do açúcar a partir de 1996, incluindo estímulos à semeadura do cultivo e aumento do número de terras destinadas a ele. Novamente, o papel do governo fora significativo. As fábricas açucareiras receberam subsídios para que os custos financeiros pudessem ser cobertos. Cabe ressaltar que o histórico de endividamento do setor continuou representativo.

Pode-se apontar ainda que “entre 1989 e 1994 os maus cálculos da oferta propiciaram um déficit (...), o que provocou a entrada de grandes volumes de açúcar do estrangeiro. Isto, acompanhado de um incremento nos custos de produção, provocou que até 1993 mais de 1/3 das fábricas açucareiras do país tiveram dificuldades financeiras (...)” (GIRÓN e JIMENÉZ, 2005, p. 27).

Muitos dos problemas referentes à privatização das usinas no país são ressaltados por BENQUET (2000). O autor interpreta a privatização como uma forma de mudar a hegemonia do setor, uma vez que as usinas eram repassadas a grandes grupos, como empresários e ex-governadores, sem experiência administrativa ou técnicas adequadas para a atividade. Ao mesmo tempo, os piores engenhos eram destinados à organização de produtores locais. Ademais, a responsabilidade de comercialização, deixada para a própria indústria, e o corte de trabalhadores aprofundaram ainda mais a crise.

A crise posterior à privatização da atividade pode ser explicada por várias razões. Uma delas corresponde à dita existência de substitutos do açúcar com alto valor adicionado, como adoçantes advindos do xarope de milho, os quais ingressavam no país principalmente por meio de importações originárias dos Estados Unidos (em decorrência principalmente do acordo comercial entre EUA e México – NAFTA) a preços mais baixos, fato que provocava redução do consumo interno de açúcar nacional. Outros problemas resumem-se em alta carga fiscal (em relação ao trabalho) imposta nos contratos, dificuldades de organização da atividade, etc.

No período de 1997 – 1998 houve intensificação dos problemas financeiros das indústrias açucareiras. “As autoridades financeiras reconheceram que a dívida global da indústria açucareira superava 25 milhões de pesos (...)” (GIRÓN e JIMENÉZ, 2005, p. 29). As dívidas eram contraídas com a Finasa (Financeira Nacional Açucareira), com o Instituto Mexicano de Seguro Social (IMSS), dentre outros.

“Também é paradoxal que ao mesmo tempo em que se acentuaram estes problemas por incrementos nos passivos das fábricas açucareiras do país, se intensificaram os apoios econômicos e subsídios do governo federal para a indústria açucareira. Assim, destacam os apoios econômicos que desde 1995, recebe esta indústria por parte do governo federal” (GIRÓN e JIMENÉZ, 2005, p. 30).

Os problemas de endividamento surgem com a descapitalização ocorrida na indústria. Muitas vezes, o apoio recebido por ela não correspondia ao cumprimento das normas estabelecidas. Assim, muitos grupos açucareiros, como GIRÓN e JIMENÉZ (2005) destacam, não exerciam os requisitos que lhes eram impostos para que o apoio às suas indústrias

ocorresse. Como exemplo de tais requisitos, era necessária a efetivação de quantidades de exportação de açúcar definidas para que os grupos estivessem em dia com suas dívidas.

GIRÓN e JIMENEZ (2005) ressaltam que entre 1995 e 2001 houve um crescimento de 48% na importação dos substitutos do açúcar. A tabela 15 mostra esta tendência.

Tabela 15 – Importação de substitutos do açúcar

Importações de alta frutose	
Anos	Volume importado (toneladas)
1994	47 974
1995	52 671
1996	159 470
1997	337 974
1998	284 597
1999	245 400
2000	282 587
2001	272 926
2002	19 139

Fonte: Girón e Jimenez (2005)

Os resultados desta alta na importação de substitutos para o açúcar fez com que o consumo do mesmo no mercado interno diminuísse havendo, igualmente, queda do preço de tais adoçantes no mercado nacional.

Desta forma, a agroindústria canavieira mexicana vivenciou as conseqüências das mudanças do tratamento que o Estado dava ao setor. O nível de intervenção estatal diminuiu após a tendência liberalizante, contando com a desregulamentação do setor, porém, a presença do Estado não desapareceu definitivamente. A atividade permanece com forte dependência de intervenção, sendo uma de suas diretrizes, o enfrentamento da competição advinda da importação de produtos substitutos ao açúcar.

2.3.1 – Estrutura da agroindústria canavieira mexicana no período atual

A atual estrutura produtiva do México voltada ao cultivo da cana de açúcar aponta para a importância que a atividade possui no país. Segundo boletim da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação (SAGARPA) do México, divulgado em 2009, na safra de 2007/2008, a região produtora do país como um todo

atingiu 48,3 milhões de toneladas de cana moída e um rendimento por hectare de 70,7 toneladas. A mão-de-obra empregada é representada por uma média de 440 mil empregos diretos.

O grande destaque de Veracruz, maior Estado produtor, é demonstrado a partir de seu potencial para o cultivo da cana e produção de seus derivados, como o açúcar. A região é favorecida pela característica climática e capacidade produtiva que responde por mais ou menos 38% de toda a produção nacional. Segundo dados divulgados pela SAGARPA a colheita de cana-de-açúcar no Estado gira em torno de 250.000 hectares cultivados ao ano e a produção de açúcar gira em torno de 18 milhões de toneladas.

A Secretaria também divulgou dados sobre a produção de 2007, a qual girou em torno de 52.090 de toneladas para o país, obtendo um rendimento médio de 75.44 toneladas/hectare neste mesmo ano. Pode-se verificar na tabela 16 que houve aumento da superfície semeada, passando por momentos mais destacados como é o caso dos anos de 2006, 2007 e 2008.

Tabla 16 – Superfície semeada de cana-de-açúcar no México (milhares de hectares)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ^{1/}
VERACRUZ	257	254	251	236	247	254	256	265	264	265	263
JALISCO	72	80	68	71	70	68	69	68	69	72	71
SAN LUIS POTOSI	50	50	69	52	53	62	62	61	61	65	67
OAXACA	52	53	36	51	54	52	54	57	57	56	56
TAMAULIPAS	49	50	43	45	45	51	58	58	58	58	58
SINALOA	41	36	37	28	25	27	28	27	33	32	33
NAYARIT	26	28	29	27	27	27	27	28	30	33	35
TABASCO	28	28	27	27	27	28	32	27	28	27	30
CHIAPAS	27	27	27	27	28	28	29	30	26	28	29
MORELOS	15	15	15	15	16	15	17	17	18	18	17
SUBTOTAL	616	621	601	581	594	611	633	639	643	654	659
OTROS	76	72	67	66	70	71	68	68	73	73	78
NACIONAL	692	693	668	647	664	682	701	708	717	727	736

1 – cifra preliminar de acordo com o mês de Dezembro de 2008

Fonte: SIAP (2008)²²

Em termos de superfície colhida, o Estado de Veracruz também se destaca. Sua média, de 1998 a 2008, apontada pelo SIAP (2008) divulga 248 milhares de hectares colhidos. Para outros Estados, tais como Jalisco, San Luis Potosi e Oaxaca, as médias de área colhida foram, respectivamente, 66, 55 e 49 milhares de hectares. A média nacional correspondeu a 649 milhares de hectares.

Cabe ressaltar o volume total de produção de cana-de-açúcar no México em milhões de toneladas, no período de 1998 a 2008, através da tabela 17. Veracruz foi responsável pela produção de 18,2 milhões de toneladas, bem acima dos outros Estados produtores. A média nacional para o período correspondeu a 47,9 milhões de toneladas.

²² SIAP (Serviço de Informação Agroalimentária e Pesqueira); <http://w4.siap.gob.mx>

Tabela 17 – Volume de produção de cana-de-açúcar no México (milhões de toneladas)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ^{1/}	MÉDIA
VERACRUZ	19.2	16.9	17.1	17.1	17.3	18.2	18.3	19.9	18.9	18.9	18.1	18.2
JALISCO	5.5	6.1	5.0	5.2	5.2	5.6	5.9	6.0	5.5	6.1	6.2	5.7
SAN LUIS POTOSI	3.2	2.8	3.1	3.4	3.2	3.2	3.1	3.4	3.2	3.4	3.8	3.3
OAXACA	3.1	2.9	2.4	2.3	2.4	3.2	3.5	3.8	3.5	3.6	3.5	3.1
TAMAULIPAS	2.3	2.3	1.7	2.6	2.9	2.9	2.8	3.2	3.2	3.4	3.2	2.8
CHIAPAS	1.6	1.6	2.0	2.3	2.6	2.2	2.4	2.6	2.2	2.4	2.4	2.2
SINALOA	1.8	2.0	2.0	2.2	1.8	2.1	2.0	1.5	2.3	2.5	2.4	2.1
NAYARIT	2.0	2.1	1.6	2.1	2.0	1.9	2.0	2.2	2.0	2.5	2.8	2.1
MORELOS	1.6	1.7	1.4	1.6	1.5	1.5	1.9	1.9	2.0	2.0	1.7	1.7
TABASCO	1.7	1.6	1.6	1.7	1.7	1.5	1.9	1.7	1.7	1.5	1.4	1.6
SUBTOTAL	41.9	40.1	37.9	40.5	40.6	42.3	43.8	46.2	44.5	46.4	45.6	42.7
OUTROS	5.2	5.0	4.5	5.0	5.1	5.2	4.8	5.4	5.6	5.7	5.5	5.2
NACIONAL	47.1	45.1	42.4	45.5	45.6	47.5	48.7	51.6	50.1	52.1	51.1	47.9

1 – Cifra preliminar de acordo com o mês de Dezembro.

Fonte: SIAP (2008)

Nesta análise comparativa entre Estados produtores há, porém, algo a se observar. Dados do SIAP (2008) também apontam para o rendimento que cada território mexicano obteve na produção de cana. Neste quesito, o maior estado produtor (Veracruz) não ocupou as primeiras posições, ficando atrás de Estados como Morelos (primeiro colocado, com média de 113,5 toneladas por hectare), Chiapas (segundo colocado em termos de rendimento, com uma média de 86 toneladas por hectare) e Jalisco (média de 85,5 toneladas por hectare). Outro ponto a se destacar é que os principais Estados produtores do México, quais sejam: Veracruz, San Luis Potosí, Jalisco, Oaxaca, Tamaulipas, Chiapas, Sinaloa, Nayariti, Morelos e Tabasco, foram responsáveis dentro do período de dez anos (1997 a 2007), segundo SIAP (2008), por uma média de 89% do total da produção.

A produção de açúcar no México também apresenta forte concentração regional. Três regiões produzem 59,18% do total nacional. São elas: Veracruz, Jalisco e San Luis Potosí. Esse dado pode ser verificado na tabela 23. O Comitê Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da cana-de-açúcar (CONADESUCA) estima que a produção total de açúcar do país alcance na safra de 2010/2011 5.367.890 toneladas, com destaque para os Estados de Veracruz, Jalisco e San Luis Potosí atingindo, respectivamente, produção de 1.954.952, 727.749 e 508.699 toneladas.

Tabela 18 – Produção de açúcar em Estados do México (em milhares de toneladas)

Estado	2007	2008	2009	Participação Percentual
Veracruz	2,023	2,076	1,857	37,70
Jalisco	680	701	655	12,89
San Luis Potosi	385	544	427	8,58
Chiapas	271	272	279	5,20
Oaxaca	311	336	252	5,69

Fonte: SAGARPA (<http://www.aserca.gob.mx>)

Observa-se do analisado que há grande representatividade da atividade desenvolvida no México. O Estado que mais se destaca na produção em termos quantitativos, não o é no sentido qualitativo (rendimento). Os dados mostram, igualmente, a evolução da atividade do país que ocupa recentemente a segunda posição no ranking de países produtores de cana da América Latina.

2.4 DESREGULAMENTAÇÃO NO BRASIL E AS TENDÊNCIAS RECENTES DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

Assim como os outros países analisados, o Brasil vinha sofrendo as conseqüências das conturbações econômicas internacionais no início da década de 1980, com o aumento dos juros, a crise argentina e a moratória do México em 1982, a qual mudou a visão dos credores internacionais em relação à América Latina. A dificuldade de realizar financiamentos fora uma resposta a esses acontecimentos.

O cenário internacional e a vulnerabilidade brasileira frente ao rumo externo trouxe deterioração do Balanço de Pagamentos do país nos anos de 1980, grande aumento de sua dívida externa, como ocorrera em muitos países da América Latina, e transferência de recursos para o exterior em função disto.

O Brasil vivenciou vários momentos de renegociação de suas dívidas junto ao FMI, sendo o pagamento dos juros suspensos nos anos de 1987 e 1989, com o primeiro ano caracterizando a moratória. O país passou por transformações distintas nas décadas de 1970 e 1980. No primeiro período viveu o chamado “milagre econômico”, caracterizado pelo seu crescimento e, após, desaceleração da economia (a década perdida), com queda dos investimentos e inflação acentuada. Vários planos foram lançados com tentativa de superação da instabilidade resultante principalmente do processo inflacionário que assolava o país.

A década de 1990 no Brasil caracterizou-se pela adoção de planos de cunho ortodoxo e incidência das tendências liberais. O Plano Collor (1990) tinha em sua composição principalmente a indexação de salários, liberação do câmbio, privatização de Estatais, abertura comercial e congelamento de preços. O único plano que surtiu efeito em termos de alcance da estabilização de preços fora o Plano Real, em 1994. Os planos citados estavam em alinhamento com o Consenso de Washington, tendo o pressuposto de participação de empresas privadas e com a predominância das relações de mercado e minimização do papel do Estado. A utilização da âncora cambial nos planos é resultado desse embasamento nas características de consenso.

Desta forma, as tendências de cunho liberal estiveram presentes nos ajustes econômicos dos países da América Latina e repercutiram no rumo das políticas tomadas, afetando decisivamente as trajetórias da indústria e da agricultura. Cabe ressaltar a influência do processo de liberalização e desregulamentação para o setor da agroindústria canavieira.

Assim, o final dos anos oitenta caracterizou-se pela perda da força da ação do governo também em vários pontos da economia, incluindo a agricultura. Pode-se dizer que houve a instalação de

“um novo ambiente institucional marcado pelo paulatino “afastamento” da ação regulatória e intervencionista do governo no setor e, ao mesmo tempo, por uma intensificação das forças competitivas que estão a imprimir uma sensível melhora no seu desempenho econômico” (GUEDES, 2000, p. 126).

GUEDES (2000) aponta que o afastamento da ação Estatal na agroindústria canavieira ocorreu no momento de crise fiscal em que se via a limitação do Estado na elaboração de políticas, incluindo as agrícolas. O autor ressalta que, após a modernização agropecuária proporcionada pela disponibilidade de financiamento público e ações Estatais, o ambiente que se instaurou com a crise da dívida trouxe a necessidade de ajustamento à escassez de recursos. Surge desta forma, uma nova dinâmica na qual se insere a agroindústria canavieira.

O *Proálcool*, tão crucial à modernização do setor como um todo, sentiu os efeitos da crise. De tal modo, “a partir de 1983, (...) a crise de abastecimento do álcool carburante gerou profunda desconfiança nos proprietários de automóveis a álcool e reduziu a demanda de automóveis” (GUEDES, 2000, p. 127). Como demonstrado no capítulo anterior, o *Proálcool*, teve sua importância diminuída também após o fim da crise do petróleo.

Outros fatores, destacados por GUEDES (2000), influenciaram o setor no período que abrange o fim da década de oitenta e início da década de noventa, quais sejam: desregulamentação, escassez de financiamentos, redução dos investimentos públicos no programa *Proálcool*, queda da produção de veículos movidos a álcool, extinção do IAA em 1990 e aumento da produção nacional de petróleo.

Segundo GUEDES (2000), a crise do *Proálcool*, trouxe transformações para a produção de açúcar e álcool do país, em termos de desempenho. A tabela 19 demonstra a diferenciação regional resultante de tais mudanças. Como pode ser observado, a produção de açúcar e a de etanol cresceu, porém, na região Norte/Nordeste em menor proporção que na região Centro /Sul.

Tabela 19- Produção brasileira de açúcar e etanol por região (1989/90 – 1997/98)

	Centro/Sul	Norte/Nordeste	Produção Total de Açúcar	Produção Total de Etanol	Centro/Sul	Norte/Nordeste
1989/90	4.411	3.181	7.593	11.920	9.901	2.020
1990/91	4.896	3.110	8.006	11.515	9.708	1.807
1991/92	6.351	2.955	9.306	12.716	10.967	1.749
1992/93	6.777	3.394	10.171	11.697	10.166	1.631
1993/94	7.897	2.489	10.386	11.286	10.373	913
1994/95	9.101	3.377	12.478	12.697	11.147	1.550
1995/96	9.842	3.476	13.318	12.671	10.849	1.822
1996/97	11.449	3.351	14.800	13.620	12.114	1.506
1997/98	12.210	3.500	15.710	14.670	12.800	1.870

Fonte: GUEDES (2000)

Os dados, como foram mostrados por GUEDES (2000), representam a hegemonia produtiva da região Centro/Sul em detrimento da posição do Nordeste na atividade. De 58% a produção açúcar da primeira região passou para 77,7% em 1997/98. Esse aumento representativo também fora destaque em relação ao etanol.

As mudanças no setor podem ser representadas na seguinte passagem:

“Um importante elemento responsável pela mudança no ambiente institucional e na dinâmica da agroindústria canavieira, diz respeito à retirada (ainda que lenta e parcial) da intervenção estatal neste setor, colocando em xeque uma das características estruturais do complexo. (...) o afastamento do Estado coloca o problema da auto-regulação setorial num contexto de incerteza e fragmentação da ação “concertada” dos interesses setoriais (...)” (GUEDES, 2000, p. 130).

GUEDES (2000) observou que diante deste cenário, houve uma tendência dos proprietários de destilarias de álcool montar suas próprias usinas diversificando sua produção (a qual se encontra heterogênea em termos de caracterização produtiva e estratégias a serem adotadas, como a centralização da atividade e sua maior modernização), tendo muita influência nesta direção a crise do *Proálcool*.

Deste modo, observou-se grande influência das tendências liberalizantes para a agroindústria canavieira brasileira, em termos de mudanças nas estratégias produtivas após a diminuição de políticas do governo voltadas ao setor.

2.4.1 Análise produtiva regional do Brasil no período atual

Dentre todos os cultivos do Brasil, a cana-de-açúcar (caracterizada pela lavoura temporária) atinge a maior produtividade média (Kg/Ha) segundo o Ministério da

Agricultura²³. Isso demonstra a importância que a atividade apresenta para o país. Uma média de 60% de toda a atividade concentra-se atualmente na região de São Paulo e o restante está espalhado sobre as outras zonas produtoras (Paraná, Triângulo Mineiro e Zona da Mata Nordestina). Há o ganho cada vez maior de espaço na produção do etanol (biocombustível que tem todo seu ciclo produtivo dominado), outro subproduto da cana, além do açúcar.

O país pode ser visto como o responsável pelo fornecimento de mais da metade do açúcar comercializado no mundo e avança na produção do etanol com vistas também para o abastecimento do mercado interno.

Documento divulgado pela CONAB (companhia Nacional de Abastecimento) em parceria com o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) em 2010, aponta três distinções do Brasil em relação ao resto do mundo em termos do cultivo da cana-de-açúcar. A primeira característica assinalada é que a maioria das indústrias de açúcar do país produz e processa a cana-de-açúcar necessária em seus processos, sendo que no restante do mundo, observa-se a atividade agrícola sendo realizada separadamente da industrial. Outro destaque dado no documento diz respeito à diversidade de produtos que se gera no país a partir da cana-de-açúcar: além do açúcar, álcool etílico, cachaça, rapadura, aproveitamento do bagaço para a geração de energia. Tornou-se importante a trajetória do setor automobilístico com os chamados carros *flex*, os quais têm a possibilidade de serem movidos tanto a álcool, quanto a gasolina, expandindo as atividades do setor sucroalcooleiro. Um terceiro ponto de destaque revela que há facilidades em termos territoriais (disponibilidade de terras) e de clima, para a expansão da atividade canavieira.

Abordando o período de safra recente dos anos de 2008/2009, a CONAB (2010) registrou a quantidade de cana moída por região. Há uma clara diferença em termos quantitativos entre a região Sudeste e o restante do país. A soma da quantidade de cana-de-açúcar moída de todas as regiões não alcança a metade da região Sudeste. Esta informação pode ser observada na tabela 20.

²³ www.agricultura.gov.br

Tabela 20 – Cana moída na safra de 2008/2009 por região geográfica

Região	Volume em ton	Participação Percentual
Região Sudeste	401.873.260	70,2%
Região Centro-Oeste	62.160.725	10,9%
Região Sul	44.497.582	7,8%
Região Nordeste	63.007.775	11,0%
Região Norte	1.223.685	0,2%
Brasil	572.763.027	100,0%

Fonte: CONAB (2010)

Diante disso é importante ressaltar o perfil do setor de açúcar e álcool do país em termos de unidades produtivas para o mesmo ano de safra (2008/2009). A tabela 21 mostra a concentração das unidades produtivas de açúcar e álcool na região Centro-Sul do país, tanto quando se analisa as unidades separadamente, quanto se analisadas conjuntamente. Este fato demonstra heterogeneidade regional produtiva no país, assim como o fora mostrado na tabela 20.

Tabela 21 – Número de unidades de produção por região

Regiões	Unidades de produção mistas de açúcar e álcool	Unidades de produção de álcool	Unidades de produção de açúcar	Total de unidades de produção
Centro-Sul	181	98	9	288
Norte-Nordeste	45	25	9	79
BRASIL	226	123	18	367

Fonte: CONAB (2010)

De acordo com dados divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento²⁴, a área total cultivada de cana-de-açúcar da região Centro-Sul do Brasil aumentou de 4.632.111 hectares na safra de 2005/2006, para 7.906.745 hectares na safra de 2009/2010. A produção de açúcar na safra de 2005/2006 foi de 22.406.502 toneladas para a região Centro-Sul, atingindo 28.721.954 toneladas na safra de 2009/2010. Para a região Norte/Nordeste, considerando os mesmos períodos de safra anteriormente mencionados, a produção fora respectivamente de 3.807.889 e 4.311.525 toneladas. Outro subproduto da cana-de-açúcar deve ser destacado: o etanol. A tabela 22 apresenta a produção de etanol em metros cúbicos nas safras de 2005 a 2011 (posição em 14/12/2010).

²⁴ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – Secretaria de Produção e Agroenergia – Departamento de cana-de-açúcar e Agroenergia (2010).

Tabela 22 – Produção brasileira de etanol

REGIÕES	SAFRAS					
	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011
NORTE/NORDESTE	1.509.339	1.778.503	2.193.358	2.410.999	2.005.164	1.009.300
CENTRO/SUL	14.298.845	16.160.925	20.252.621	25.270.240	23.733.511	24.771.104
BRASIL	15.808.184	17.939.428	22.445.979	27.681.239	25.738.675	25.780.404

Fonte: MAPA (2010)

A tabela 23 apresenta um resumo da produção de etanol, açúcar e cana-de-açúcar do país. Nota-se um grande progresso na produção de etanol (principalmente o hidratado) no período analisado. A quantidade produzida de cana-de-açúcar mais do que dobrou de 2000 até 2010, e o país ainda possui amplas perspectivas de avanço.

Tabela 23 – Produção brasileira de cana, açúcar e etanol

SAFRAS	ETANOL ANIDRO m ³	ETANOL HIDRATADO m ³	ETANOL TOTAL m ³	AÇÚCAR ton.	CANA-DE-AÇÚCAR ton.
00/01	5.584.730	4.932.805	10.517.535	16.020.340	254.921.721
01/02	6.479.187	4.988.608	11.467.795	18.994.363	292.329.141
02/03	7.009.063	5.476.363	12.485.426	22.381.336	316.121.750
03/04	8.767.898	5.872.025	14.639.923	24.944.434	357.110.883
04/05	8.172.488	7.035.421	15.207.909	26.632.074	381.447.102
05/06	7.663.245	8.144.939	15.808.184	26.214.391	382.482.002
06/07	8.078.306	9.861.122	17.939.428	30.735.077	428.816.921
07/08	8.464.520	13.981.459	22.445.979	31.297.619	495.843.192
08/09	9.630.481	18.050.758	27.681.239	31.506.859	572.738.489
09/10	6.937.770	18.800.905	25.738.675	33.033.479	603.056.367
10/11*	7.428.260	18.352.144	25.780.404	34.965.005	574.580.250

(*) Posição em 14/12/2010

Fonte: MAPA (2010)

Muitas perspectivas internacionais demonstram que o país pode avançar ainda mais na atividade, devido à demanda mundial do álcool (outro subproduto da cana em que o Brasil é líder na produção mundial) e queda da produção de açúcar no mercado internacional, como é apontado por CUENCA e NAZÁRIO (2005), os quais ressaltaram também um forte ponto a favor do país: existência de fronteiras agrícolas para a expansão da atividade, garantindo que a capacidade produtiva não fique estagnada.

A análise recente da agroindústria canavieira brasileira revelou que o país possui importante representatividade mundial. Em muitos aspectos, suas regiões produtoras caracterizam-se por amplos diferenciais produtivos, sendo a concentração uma característica que lhe é intrínseca. A região Centro-Sul do Brasil mostrou-se líder no cultivo da cana e na

produção de seus subprodutos como o açúcar e o etanol. A atividade ganha cada vez mais destaque e tem altas possibilidades de crescimento.

2.5 ANÁLISES DE VARIÁVEIS REPRESENTATIVAS SOBRE PARTICIPAÇÃO AGRÍCOLA

A constituição característica da agroindústria canavieira nos três países selecionados demonstra-se, como já apontado, divergente em muitos aspectos. Porém, analisando o desempenho da agricultura dos países conjuntamente, pode-se apontar como evidência uma forte participação no total de cana-de-açúcar produzida pela América Latina, em parte, puxada pela representatividade brasileira. Chega-se aos dados sobre a participação agrícola levando em consideração o total como a América Latina. Monta-se, desta forma, indicadores de produção, exportação, área colhida e produtividade²⁵.

A tabela 24 abaixo apresenta dados sobre a participação na produção total²⁶ de cana-de-açúcar para o período de 1985 a 2009.

Tabela 24: Participação Percentual na produção total de cana-de-açúcar da América Latina

	Brasil	Argentina	México	Total
1985	54,28	3,10	7,56	64,94
1986	52,08	3,16	9,67	64,90
1987	54,72	2,95	9,35	67,02
1988	53,81	2,90	8,90	65,62
1989	52,33	2,84	9,11	64,28
1990	53,20	3,18	8,08	64,46
1991	52,64	3,67	7,76	64,07
1992	54,75	3,39	8,41	66,54
1993	54,75	3,19	9,61	67,56
1994	59,30	3,09	8,24	70,62
1995	60,15	3,51	8,80	72,47
1996	59,46	3,30	8,45	71,21
1997	60,28	3,54	8,22	72,04
1998	61,62	3,46	8,73	73,81
1999	61,53	3,08	8,64	73,25
2000	60,83	3,42	8,19	72,44
2001	62,00	3,35	8,47	73,82
2002	62,53	3,30	7,83	73,66
2003	64,74	3,60	7,76	76,10
2004	65,18	3,29	7,64	76,11
2005	66,14	3,82	8,08	78,04
2006	69,06	3,83	7,33	80,22
2007	71,19	3,88	6,75	81,81
2008	73,92	3,43	5,85	83,20
2009	74,61	3,33	5,50	83,44

Fonte: FAO

²⁵ As tabelas com os dados que dão origem às participações encontram-se no anexo A.

²⁶ A participação na produção total é obtida levando-se em conta a produção total dos países destacados (Brasil, México e Argentina) em relação (quociente) à produção total dos países da América Latina.

As informações expõem que os três países juntos tiveram participação na produção total de cana-de-açúcar de 64,94 % no ano de 1985, passando-se para um patamar de 83,44% em 2009. Isto ocorre em resposta à evolução da produção brasileira, já que as participações de Argentina e México podem ser consideradas, em média, constantes ao longo do tempo.

Outra forma de observação destes países na composição mundial da agroindústria açucareira é em termos de comparações do desempenho das exportações de açúcar refinado²⁷, as quais podem ser feitas a partir da tabela 25, tratando-se do período recente.

Tabela 25 – Participação percentual no total de açúcar refinado exportado

	Brasil	Argentina	México	Colômbia	Cuba	Guatemala	Demais países
1985	55,39	1,17	0,01	0,00	29,85	6,67	6,92
1986	61,76	1,25	0,00	0,83	29,33	0,00	6,83
1987	63,20	0,71	0,44	1,47	23,40	2,49	8,28
1988	57,06	0,34	7,05	0,31	29,21	0,00	6,04
1989	49,59	0,98	0,01	2,10	38,18	0,00	9,14
1990	42,31	17,07	0,00	2,75	24,18	0,00	13,68
1991	57,34	4,48	0,01	8,66	19,04	0,00	10,47
1992	60,77	2,16	0,00	17,74	12,96	0,00	6,37
1993	69,03	0,36	0,00	20,45	3,00	0,08	7,07
1994	57,45	0,42	0,03	28,26	0,31	0,00	13,54
1995	78,69	1,73	0,41	13,42	0,00	0,00	5,75
1996	68,83	2,17	2,53	13,86	1,60	0,00	11,00
1997	72,92	1,29	9,65	10,68	0,00	0,00	5,46
1998	74,27	1,93	13,98	7,46	0,00	0,00	2,36
1999	81,72	1,78	6,43	7,05	0,00	0,00	3,01
2000	71,17	2,93	6,52	11,09	0,17	0,00	8,11
2001	86,91	1,21	0,92	5,57	0,20	0,00	5,19
2002	82,59	3,30	4,28	7,00	0,01	0,00	2,82
2003	81,10	2,18	0,24	11,09	0,21	0,00	5,18
2004	84,18	2,04	0,25	8,80	0,01	0,00	4,72
2005	83,34	3,03	0,66	9,28	0,00	0,00	3,69
2006	78,94	4,24	6,78	8,17	0,00	0,00	1,86
2007	87,06	2,60	1,70	6,88	0,01	0,00	1,75
2008	81,17	2,64	8,32	4,35	0,02	0,00	3,50

Fonte: FAO

A tabela 25 apresenta a exportação do açúcar refinado nos seis países de destaque na produção canavieira. A coluna *demais países* representa a exportação do restante da América Latina. A liderança do Brasil neste quesito (exportações) também se mostra presente. É desta forma que o país sustenta sua colocação no ramo da agroindústria canavieira mundial Cuba, no início do período analisado tem a segunda maior representatividade em termos de participação na exportação total da América Latina.

²⁷ Informações sobre a exportação de açúcar refinado encontram-se no anexo C.

Segundo dados apresentados pela União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA), o cultivo da cana ocupa cerca de sete milhões de hectares atualmente no Brasil, ou seja, cerca de 2% de toda a terra cultivável da nação. Projeções realizadas pela UNICA a respeito da expansão do cultivo para os anos seguintes apontam que a área cultivada deve dobrar até 2020, aumentando também a produção. Apesar do financiamento da atividade, ressalta-se que os investimentos novos serão utilizados em sua maioria por produtores do território nacional, porém, também haverá importante participação do capital estrangeiro.

De forma similar à exportação de açúcar, pode-se apontar a evolução da área colhida²⁸ de cana para os países da América Latina (tanto os maiores produtores, quanto para o restante da região). A tabela 26 apresenta esta informação para os mesmos anos analisados anteriormente, quais sejam 1985 a 2009.

Tabela 26 – Participação percentual no total de área colhida de cana-de-açúcar

	Brasil	Argentina	México	Colômbia	Cuba	Guatemala	Demais países
1985	52,22	3,84	6,52	4,62	17,99	0,97	13,84
1986	51,86	3,89	7,70	4,47	17,47	0,95	13,65
1987	53,67	3,61	7,67	4,24	16,92	1,01	12,88
1988	53,32	3,85	7,85	4,36	16,82	1,17	12,64
1989	53,09	2,99	8,00	4,20	17,63	1,16	12,94
1990	53,76	3,22	7,19	4,01	17,87	1,41	12,55
1991	52,74	3,66	6,85	3,92	18,19	1,53	13,11
1992	52,63	3,19	6,99	4,25	18,18	1,58	13,19
1993	52,01	3,04	7,56	5,13	16,31	1,74	14,21
1994	54,62	3,00	7,39	4,69	15,70	1,63	12,98
1995	55,78	3,61	7,01	4,62	14,41	1,70	12,88
1996	55,51	3,47	7,40	4,54	14,54	2,09	12,45
1997	56,21	3,49	7,18	4,52	14,55	1,80	12,25
1998	57,85	3,55	7,32	4,57	12,17	2,09	12,46
1999	58,67	3,29	7,70	4,65	11,93	2,18	11,58
2000	58,09	3,36	7,41	4,87	12,48	2,18	11,62
2001	58,86	3,47	7,41	4,81	11,96	2,16	11,35
2002	59,04	3,40	7,32	4,49	12,05	2,16	11,54
2003	62,94	3,46	7,55	4,67	7,54	2,25	11,59
2004	63,62	3,18	7,36	4,51	7,47	2,55	11,29
2005	65,02	3,19	7,50	4,55	5,79	3,04	10,91
2006	67,74	3,36	7,25	4,37	4,23	2,49	10,57
2007	70,15	3,52	6,84	4,06	3,26	1,88	10,28
2008	72,70	3,17	5,98	3,42	3,40	1,68	9,65
2009	72,64	3,03	6,06	3,24	3,71	1,82	9,50

Fonte: FAO

A tabela 26 revela que em termos de proporção de área colhida de cana-de-açúcar, o Brasil é o país na América Latina que possui as maiores extensões de terra voltadas ao cultivo

²⁸ Informações sobre a área colhida encontram-se no anexo B.

do produto. Desta forma, confirma-se que a atividade expande-se através da incorporação de novas terras ao plantio.

É interessante observar que, em termos de produtividade²⁹ (produção total de cana-de-açúcar dividida pela área colhida), porém, o Brasil perde destaque frente aos outros países da América Latina, apesar de ser o maior produtor em termos quantitativos.

Tabela 27 – Participação na Produtividade total da produção de cana na América Latina

	Brasil	Argentina	México	Colômbia	Cuba	Guatemala	Demais países
1985	15,69	12,18	17,49	18,21	12,42	22,57	1,44
1986	14,67	11,85	18,34	17,74	12,52	23,48	1,41
1987	15,48	12,40	18,51	18,24	12,95	20,99	1,42
1988	15,56	11,64	17,49	18,98	14,09	20,77	1,47
1989	14,52	13,98	16,78	19,27	14,04	20,07	1,35
1990	14,33	14,31	16,29	20,35	13,42	19,98	1,32
1991	14,34	14,41	16,26	20,57	12,70	20,40	1,32
1992	14,96	15,28	17,30	19,77	10,58	20,80	1,31
1993	15,24	15,19	18,40	19,26	8,68	21,89	1,34
1994	16,18	15,31	16,63	20,12	8,33	22,05	1,36
1995	15,34	13,82	17,86	19,50	6,57	25,65	1,27
1996	16,14	14,34	17,20	21,80	8,02	21,10	1,40
1997	15,22	14,38	16,26	20,56	6,90	25,38	1,29
1998	15,93	14,60	17,84	19,87	7,20	23,24	1,32
1999	16,21	14,44	17,33	20,17	8,12	22,23	1,50
2000	15,99	15,53	16,86	20,38	8,27	21,50	1,48
2001	16,28	14,95	17,67	20,46	7,43	21,70	1,50
2002	16,21	14,86	16,38	22,24	7,56	21,30	1,44
2003	16,32	16,54	16,31	21,66	7,60	20,06	1,51
2004	16,23	16,36	16,44	22,05	7,93	19,49	1,51
2005	16,21	19,08	17,16	21,84	4,99	19,22	1,50
2006	16,98	18,98	16,85	21,20	6,30	18,14	1,56
2007	16,85	18,31	16,38	20,37	7,84	18,89	1,35
2008	16,73	17,80	16,11	21,19	8,71	18,16	1,31
2009	17,08	18,27	15,09	21,97	7,42	18,66	1,50

Fonte: FAO

No período analisado na tabela 27 a participação da produtividade da agroindústria canavieira brasileira no total da América Latina não sofreu grandes variações e foi até mesmo ultrapassada pelos outros quatro países produtores de cana da região que mais se destacam. Só superou a participação produtiva de Cuba, que dentre os seis maiores produtores apresentou sempre a menor porcentagem do total. Pode-se inferir desta tabela a soma das participações

²⁹ Após ser obtida a produtividade dos seis países destacados na tabela de maneira individual (os dados encontram-se no anexo D), calcula-se sua participação em termos de América Latina. A produtividade total corresponde à soma da produtividade que todos os países da América Latina obtiveram, no período analisado, na agroindústria canavieira. Ela é medida através do quociente entre a produção total e área colhida.

produtivas dos três países analisados a fundo neste trabalho. No ano de 1985, Brasil, Argentina e México obtiveram 45,36% de participação na produtividade total da América Latina. Este valor sobe para 52,81% no ano de 2006 e atinge 50,44% em 2009. Compreende-se a partir dos dados que, apesar de o país que possui maior participação na produção de cana, exportação de açúcar refinado e área colhida, sua produtividade fica aquém daquela observada nos outros países latino-americanos.

2.6 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

A situação dos países da América Latina pós os anos 1990 condisse com as tendências liberais instaladas nos países no início desta mesma década. A consolidação de planos regidos pela abertura comercial, diminuição do papel do Estado, privatizações e desregulamentações influenciaram o rumo de diversas atividades dos países, incluindo a agropecuária.

A análise recente das variáveis que caracterizam a composição da agroindústria canavieira mostra a liderança que exerce o Brasil em termos de produção de cana-de-açúcar, exportação de seu subproduto e área colhida. Porém, em termos de produtividade (produção/área colhida), o país apresenta participações inferiores a outras nações da América Latina, como é o caso do próprio México e Argentina.

A Argentina, cujas principais regiões produtoras de cana são Tucumán, Salta e Jujuy, apresenta com a primeira, grande destaque. A província detém 64% de toda a produção de cana do país com os seus 15 engenhos; porém, em termos de produtividade vem sendo superada pela participação nacional de Salta e Jujuy.

A atividade canavieira mexicana avançou com o passar dos anos, aumentando a produção de cana-de-açúcar de 47,1 milhões de toneladas em 1998 para 51,1 toneladas em 2008. Seu maior Estado produtor é Veracruz, sendo responsável por 38% da produção nacional. Em termos de rendimento, porém, Veracruz é superado por Estados com menor representatividade (como é o caso de Morelos).

O destaque do Brasil na produção de cana e seus derivados não são recentes. A atividade concentra-se na região Sudeste, mais especificamente em São Paulo. Do ano de 2000 até 2011, a quantidade de etanol e açúcar produzidos mais do que dobrou. O país possui amplo benefício em relação à disponibilidade de terras e facilidades climáticas, tendo muito ainda o que avançar na atividade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da gênese da agroindústria canavieira em países selecionados da América Latina revelou a existência de características contrastantes entre eles. O delineamento histórico indicou que a Argentina desenvolveu uma atividade que fora formada no período recente, meados do século XIX, voltada ao abastecimento do mercado interno. No México e Brasil a estruturação de tal agroindústria ocorreu em período anterior (século XVI), através da integração comercial voltada para fora.

Na Argentina, o grande impulso que a agroindústria canavieira obteve ocorreu a partir da introdução da linha férrea, a qual interligou a produção aos grandes mercados consumidores. A existência de elites ligadas à atividade canavieira proporcionou fortes investimentos na maior região produtora do país, Tucumán. Desta forma, os investimentos públicos estiveram sempre presentes, garantindo o desenvolvimento do cultivo.

No México, observam-se grandes mudanças na atividade em decorrência dos acontecimentos políticos. O Porfiriato (1876 - 1911) ressaltou o cultivo nas chamadas *haciendas*, através da concentração de terras em posse das elites mexicanas. A ditadura instalada por Porfírio Díaz no poder trouxe o desenvolvimento do país através de altos custos sociais e desigualdades, fato que levou à emergência de grandes revoltas populares. Um ponto de inflexão da agroindústria canavieira do México correspondeu ao governo de Cárdenas, o qual transformou a estrutura agrária e social do país com a instauração dos *ejidos* comunais. A passagem das *haciendas* para os *ejidos* representou, porém, queda da produtividade do setor, o qual passou por grandes dificuldades. A presença do Estado foi também fundamental para o desenvolvimento da atividade.

Datada deste o período colonial, a atividade canavieira no Brasil desenvolveu-se baseada na incorporação de novas terras. Em seu processo de evolução, assistiu-se à mudança de eixo produtor, o qual passou da região Nordeste para a Sudeste. São evidenciadas pela atividade grandes diferenças regionais em termos produtivos, acarretando-lhe caráter de concentração a esta que é uma das mais expressivas atividades desenvolvidas pelo país, cuja representatividade mundial é amplamente destacada.

Em ambos os países o Estado teve ativa participação na atividade canavieira, através de intervenções e subsídios que influenciaram decisivamente a trajetória do setor. Na Argentina, as principais regiões produtoras são as situadas no Noroeste do país, quais sejam Tucumán, Salta e Jujuy, sendo a primeira delas a que detém um pouco mais de 60% da produção total de cana-de-açúcar nacional. No México, o maior estado produtor é Veracruz,

seguido de Jalisco, San Luis Potosí, Oaxaca e Chiapas. No Brasil, a região Sudeste, com forte representatividade do estado de São Paulo, é responsável por mais de 70% da atividade.

Um processo de grande transformação pelo qual passou a agroindústria canavieira da América Latina correspondeu às tendências liberalizantes introduzidas nos anos de 1990, as quais acarretaram forte desregulamentação no setor. Observou-se a diminuição da atividade estatal nesta década em todos os países analisados, porém, a figura do Estado continuou presente com menor intensidade.

A análise recente da atividade demonstrou que apesar da representatividade em termos de quantidade produzida, área colhida e exportações de açúcar, o Brasil apresenta baixa produtividade em comparação com os maiores produtores latino-americanos. Sua produção ocorre através da integração vertical, ou seja, incorporação de novas terras ao cultivo. Esta característica advém desde seu nascimento. Desta forma, o país aproveita sua grande disponibilidade de terras para dar continuidade ao cultivo da cana-de-açúcar, enquanto que Argentina e México obtêm maiores rendimentos através da incorporação de diferentes técnicas produtivas.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANKO, C. **La industria azucarera en México y Venezuela.** Um estúdio comparativo. In: Carta Económica Regional. Abril/Junho, ano 17, nº 92, 2005, pp. 41-54.

BENQUET, F. M. **Globalización, crisis azucarera y luchas cañeras en los años noventa.** In: Sociológica. Setembro/Dezembro, ano 15, nº 44, 2000, pp. 41-68.

CHAVES, K. A. **A demanda mundial por biocombustíveis e os espaços do etanol:** uma análise do circuito espacial da produção sucro-alcooleira na Província de Tucumán-Argentina. Monografia de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências da Unicamp, Campinas. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/geoplan>. Acesso em: 01/Ago. 2011.

CUENCA, M. A. G.; NAZÁRIO, C. C. **Caracterização Agrossocioeconômica da Atividade Canvieira no Brasil,** Distribuição Espacial na Produção Mundial entre 1961 e 2003 – Situação no Brasil entre 1990 e 2002. Disponível em: colocar site. <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br>. Acesso em: 03/Ago. 2011.

DONGHI, H. **História da América Latina,** Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S/A. 1975.

FREITAS, V. R. **México:** da crise da dívida externa ao advento do NAFTA. In: Aurora. Dezembro, ano 2, nº 3, 2008, pp. 47-55.

GIRÓN, V. M. C.; JIMENÉZ, A. A. A. **La agenda del azúcar mexicano 1990-2003:** origen y causas de la crisis financiera. In: Carta Económica Regional. Abril/Junho, ano 17, nº 92, 2005, pp. 25-40.

GUEDES, S. N. R. **Verticalização da agroindústria canvieira e a regulação fundiária no Brasil:** uma comparação internacional e um estudo de caso. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia da Unicamp, Campinas. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>. Acesso em: 01 Set. 2011.

IBARRA, M. E. R. **La reforma agrária de Cárdenas y la agroindústria azucarera de México, 1930-1960.** In: Historia Agrária. Dezembro, nº52, 2010, pp. 103-127.

JUSTINIANO, M. F. **El poder del azúcar em el processo político salteño a fines del siglo XIX y comienzos del siglo XX.** In: Revista Escuela de Historia, ano 4, nº4, Vol. 1, 2005, pp. 01-24.

MARQUESE, R. B. **A dinâmica da escravidão no Brasil:** Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 10 Ago. 2011.

MEIRA, R. B. **O processo de modernização da agroindústria canavieira e os engenhos centrais na província de São Paulo.** In: História e Economia – Revista Interdisciplinar, nº 1, Vol. 3, 2º semestre, 2007, pp. 39-54.

MOYANO, R. D.; LENIS, M. **De lo nacional a lo regional. Discurso empresarial e industria azucarera em el Norte Argentino 1894-1923.** In: Revista Escuela de la historia. Salta, ano 6, vol. 1, nº 6, 2007, pp. 279-297.

OGANDO, A. **Azúcar y Política. El surgimiento del capitalismo em el noroeste argentino.** Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar>. Acesso em: 15 Jul. 2011.

OLIVEIRA, G. C. **Liberalização, Desregulamentação e *currency board*: a experiência argentina na década de 1990.** In: Revista da FAE, Curitiba, vol. 6, nº 2, Maio/Dez., 2003, pp. 39-51.

PIRES, J. M. **O ajuste econômico e fiscal na América Latina e seu impacto sobre as políticas públicas.** In: Costos sociales de las reformas neoliberales em América Latina. Venezuela, 2000, pp. 294-308.

ROMÁN, J. A. S. **La industria azucarera em Argentina (1860-1914).** El mercado interno em uma economia exportadora. In: Revista de Indias, Ohio, vol. 65, nº 233, 2005, pp. 147-172.

SINGELMANN, P. **The Sugar Industry in Postrevolutionary Mexico: State Intervention and Private Capital.** Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2503797>. Acesso em: 30 Jun.. 2011.

SZMERECSÁNYI, T.; MOREIRA, E. P. **O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial.** In: Estudos Avançados, 1991, pp. 57-79.

VILLASEÑOR, A. T. **Crecimiento y atraso: La vía mexicana hacia el capitalismo agrario (1856-1920).** In: Historia Agraria, nº 29, Abril, 2003, pp. 123-152.

Sites Consultados:

www.argentina.gov.ar – última consulta em 05/11/2011

www.tucuman.gov.ar – última consulta em 05/11/2011

www.sagarpa.gob.mx – última consulta em 05/11/2011

www.unica.com.br – última consulta em 15/10/2011

www.eumed.net/cursecon/ar – última consulta em 15/10/2011

www.producciontucuman.gov.ar/documentos – última consulta em 05/11/2011

www.siap.gob.mx – última consulta em 05/11/2011

www.agricultura.gov.br – última consulta em 15/10/2011

www.fao.org – última consulta em 05/10/2011

www.portaldesalta.gov.ar – última consulta em 15/10/2011

www.cecra.com.ar – última consulta em 15/10/2011

5 ANEXOS

ANEXO A – Produção de cana-de-açúcar

Produção de Cana-de-açúcar na América Latina (em toneladas)								
Ano	Brasil	Argentina	México	Colômbia	Cuba	Guatemala	Demais países da América Latina	Total Produzido na América Latina
1985	247.199.000	14.105.000	34.430.800	25.364.400	67.400.000	6.580.000	60.315.996	455.395.196
1986	238.443.000	14.465.000	44.271.200	24.850.100	68.500.000	7.000.000	60.351.981	457.881.281
1987	268.504.000	14.479.000	45.874.200	24.964.900	70.801.800	6.870.580	59.172.180	490.666.660
1988	258.294.000	13.939.000	42.735.200	25.784.000	73.744.600	7.567.230	57.907.968	479.971.998
1989	252.290.000	13.700.000	43.910.500	26.491.600	81.002.900	7.615.300	57.078.892	482.089.192
1990	262.674.000	15.700.000	39.919.400	27.790.700	81.800.000	9.603.100	56.299.271	493.786.471
1991	260.888.000	18.200.000	38.434.000	27.790.000	79.700.000	10.798.800	59.774.899	495.585.699
1992	271.475.000	16.800.000	41.696.600	28.930.000	66.300.000	11.307.600	59.355.274	495.864.474
1993	244.531.000	14.250.000	42.931.000	30.500.000	43.700.000	11.741.100	58.938.108	446.591.208
1994	292.101.824	15.200.000	40.586.768	31.200.000	43.200.000	11.862.420	58.465.147	492.616.159
1995	303.699.488	17.700.000	44.452.952	32.000.000	33.600.000	15.443.780	57.965.368	504.861.588
1996	317.105.984	17.600.000	45.080.648	35.000.000	41.300.000	15.582.930	61.669.591	533.339.153
1997	331.612.672	19.450.000	45.219.512	36.000.000	38.900.000	17.687.010	61.229.589	550.098.783
1998	345.254.976	19.400.000	48.895.256	34.000.000	32.800.000	18.189.380	61.775.642	560.315.254
1999	333.848.000	16.700.000	46.880.000	32.950.000	34.000.000	17.012.800	61.144.497	542.535.297
2000	327.704.992	18.400.000	44.100.000	35.000.000	36.400.000	16.552.400	60.522.445	538.679.837
2001	345.942.016	18.720.000	47.250.000	35.500.000	32.100.000	16.934.900	61.544.924	557.991.840
2002	364.391.008	19.250.000	45.635.300	38.000.000	34.700.000	17.489.900	63.323.529	582.789.737
2003	396.012.000	22.050.000	47.483.984	39.000.000	22.100.000	17.400.000	67.686.638	611.732.622
2004	415.205.835	20.950.000	48.662.244	40.000.000	23.800.000	20.000.000	68.407.293	637.025.372
2005	422.956.646	24.400.000	51.645.544	39.849.240	11.600.000	23.454.030	65.548.919	639.454.379
2006	477.410.656	26.450.000	50.675.820	38.450.000	11.060.000	18.721.415	68.528.305	691.296.196
2007	549.707.328	29.950.000	52.089.356	38.500.000	11.900.000	25.436.764	64.639.533	772.222.981
2008	645.300.182	29.950.000	51.106.900	38.500.000	15.700.000	25.436.764	67.003.066	872.996.912
2009	671.395.000	29.950.000	49.492.700	38.500.000	14.900.000	18.391.700	77.185.087	899.814.487

Fonte: FAO

ANEXO B – Área colhida de cana-de-açúcar

Área colhida de cana-de-açúcar (Ha)								
Ano	Brasil	Argentina	México	Colômbia	Cuba	Guatemala	Demais países da América Latina	Total de área colhida na América Latina
1985	3.912.040	287.600	488.723	345.950	1.347.800	72.380	1.037.195	7.491.688
1986	3.944.680	296.250	586.041	340.090	1.328.600	72.380	1.038.077	7.606.118
1987	4.308.680	290.200	615.724	340.000	1.358.300	81.340	1.033.836	8.028.080
1988	4.113.230	296.700	605.296	336.590	1.297.300	90.300	975.120	7.714.536
1989	4.067.700	229.300	612.654	321.700	1.350.600	88.830	991.340	7.662.124
1990	4.272.600	255.649	571.340	318.334	1.420.300	112.000	997.774	7.947.997
1991	4.210.950	292.192	546.994	312.630	1.452.200	122.500	1.046.490	7.983.956
1992	4.202.600	254.626	558.179	339.041	1.451.700	125.930	1.053.472	7.985.548
1993	3.863.700	225.910	561.686	381.142	1.211.700	129.150	1.055.916	7.429.204
1994	4.345.260	238.973	587.544	373.278	1.248.900	129.500	1.032.445	7.955.900
1995	4.559.060	294.941	573.049	377.860	1.177.400	138.600	1.052.494	8.173.404
1996	4.750.300	296.666	633.614	388.191	1.244.500	178.580	1.065.363	8.557.214
1997	4.814.080	298.895	614.759	386.969	1.246.300	154.000	1.049.156	8.564.159
1998	4.985.820	305.647	630.578	393.514	1.048.500	180.000	1.073.998	8.618.057
1999	4.898.840	275.000	643.152	388.496	995.800	182.000	967.002	8.350.290
2000	4.845.990	280.000,00	618.282	406.012	1.040.900	182.000	969.451	8.342.635
2001	4.957.590	292.000	623.739	404.775	1.007.100	182.000	955.832	8.423.036
2002	5.100.480	294.000	632.215	387.669	1.041.200	186.340	996.921	8.638.825
2003	5.371.020	295.000	644.398	398.562	643.800	192.000	989.228	8.534.008
2004	5.631.740	281.886	651.911	399.509	661.000	226.000	999.816	8.851.862
2005	5.805.520	284.639	669.781	406.060	517.200	271.554	973.741	8.928.495
2006	6.355.500	315.000	679.936	410.060	397.100	233.334	991.411	9.382.341
2007	7.080.920	355.000	690.441	410.201	329.500	190.194	1.037.253	10.093.509
2008	8.140.090	355.000	669.231	383.388	380.300	188.575	1.080.925	11.197.509
2009	8.514.370	355.000	710.585	379.505	434.700	213.446	1.113.863	11.721.469

Fonte: FAO

ANEXO C – Exportação de açúcar refinado

Exportação de Açúcar refinado em toneladas								
Ano	Brasil	Argentina	México	Colômbia	Cuba	Guatemala	Demais países da América Latina	Total de Exportação da América Latina
1985	1.192.310	25.120	117	0	642.458	143.644	148.889	2.152.538
1986	1.196.150	24.241	0	16.028	568.015	0	132.287	1.936.721
1987	1.095.000	12.376	7.693	25.519	405.521	43.186	143.402	1.732.697
1988	781.200	4.647	96.477	4.289	399.897	0	82.640	1.369.150
1989	503.920	10.005	138	21.302	387.944	0	92.896	1.016.205
1990	611.216	246.541	59	39.788	349.380	0	197.670	1.444.654
1991	677.296	52.942	109	102.319	224.880	0	123.731	1.181.277
1992	1.056.770	37.598	20	308.470	225.370	0	110.789	1.739.017
1993	903.891	4.748	46	267.789	39.305	1.015	92.616	1.309.410
1994	689.936	4.999	323	339.447	3.700	2	162.580	1.200.987
1995	1.439.070	31.615	7.481	245.512	0	4	105.147	1.828.829
1996	1.288.500	40.537	47.416	259.542	30.000	3	205.950	1.871.948
1997	2.527.750	44.830	334.692	370.250	0	3	189.118	3.466.643
1998	3.575.270	92.995	672.908	358.997	0	234	113.737	4.814.141
1999	4.273.260	93.212	336.326	368.720	0	8	157.330	5.228.856
2000	2.158.350	88.867	197.840	336.253	5.299	4	246.085	3.032.698
2001	4.083.340	56.650	43.154	261.771	9.205	49	244.026	4.698.195
2002	5.724.010	228.460	296.444	484.829	920	9	195.666	6.930.338
2003	4.560.730	122.424	13.695	623.558	11.713	2	291.290	5.623.412
2004	6.198.180	150.129	18.304	648.326	814	6	347.543	7.363.302
2005	6.568.080	238.508	52.347	730.984	0	4	291.059	7.880.982
2006	6.063.240	325.784	520.603	627.586	346	8	142.903	7.680.470
2007	6.915.800	206.864	135.193	546.484	1.076	3	138.751	7.944.171
2008	5.847.940	190.512	599.103	313.730	1.311	2	252.329	7.204.927

Fonte FAO

ANEXO D – Produtividade

Produtividade (rendimento Hg/Ha) da Atividade Canavieira								
Ano	Brasil	Argentina	México	Colômbia	Cuba	Guatemala	Demais países da América Latina	Produtividade Total da América Latina
1985	631.892	490.438	704.505	733.181	500.074	909.090	58.153	4.027.333
1986	604.467	488.270	755.428	730.691	515.580	967.117	58.138	4.119.691
1987	623.169	498.931	745.044	734.261	521.253	844.674	57.236	4.024.568
1988	627.959	469.801	706.021	766.035	568.446	838.009	59.385	4.035.656
1989	620.227	597.470	716.725	823.487	599.754	857.289	57.578	4.272.530
1990	614.787	614.123	698.697	873.004	575.934	857.419	56.425	4.290.389
1991	619.546	622.878	702.640	888.910	548.822	881.534	57.119	4.321.449
1992	645.969	659.791	747.011	853.289	456.705	897.927	56.343	4.317.035
1993	632.893	630.782	764.323	800.226	360.650	909.105	55.817	4.153.796
1994	672.231	636.055	690.787	835.838	345.904	916.015	56.628	4.153.458
1995	666.143	600.120	775.727	846.874	285.374	1.114.271	55.074	4.343.583
1996	667.549	593.259	711.483	901.618	331.860	872.600	57.886	4.136.255
1997	688.839	650.730	735.564	930.307	312.123	1.148.506	58.361	4.524.430
1998	692.473	634.719	775.404	864.009	312.827	1.010.522	57.519	4.347.473
1999	681.483	607.272	728.910	848.142	341.434	934.769	63.231	4.205.241
2000	676.239	657.142	713.266	862.043	349.697	909.472	62.430	4.230.289
2001	697.802	641.095	757.528	877.030	318.736	930.489	64.389	4.287.069
2002	714.424	654.761	721.831	980.217	333.269	938.601	63.519	4.406.622
2003	737.312	747.457	736.873	978.517	343.274	906.250	68.424	4.518.107
2004	737.260	743.208	746.454	1.001.229	360.060	884.955	68.420	4.541.586
2005	728.542	857.226	771.080	981.362	224.284	863.695	67.317	4.493.506
2006	751.177	839.682	745.302	937.667	278.519	802.343	69.122	4.423.812
2007	776.321	843.661	754.436	938.564	361.153	870.069	62.318	4.606.522
2008	792.743	843.661	763.666	1.004.204	412.831	860.474	61.987	4.739.566
2009	788.543	843.661	696.506	1.014.479	342.765	861.655	69.295	4.616.904

Fonte: FAO